

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 7 de Março de 2007

Número 47

ÍNDICE

SUPLEMENTO

PARTE J

SOMOTA, SGPS, S. A.

Relatório n.º 1-V/2007:

Contas de 2003 6204-(2)

Valença Câmbios — Agência de Câmbios, S. A.

Relatório n.º 1-X/2007:

Contas de 2004 6204-(51)



PARTE J

SOMOTA, SGPS, S. A. SOCIEDADE ABERTA

Relatório n.º 1-V/2007

Sede: Casa da Calçada, Amarante.

Conservatória do Registo Comercial de Amarante. Matrícula n.º 969/960424; identificação de pessoa colectiva n.º 503634514; data da apresentação: 6 de Outubro de 2004.

Ana Lúcia da Costa Vieira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Amarante:

Certifica, que foram depositados na pasta respectiva os documentos da prestação de contas e da prestação de contas consolidadas, referentes à sociedade em epígrafe, relativos ao ano de 2003.

Conferida, está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Amarante, 7 de Dezembro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Ana Lúcia da Costa Vieira*.

Relatório e contas de 2003

Relatório de gestão

Srs. Accionistas:

1 — Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o conselho de administração vem submeter à assembleia geral o relatório de gestão e as contas da Somota — SGPS, S. A. (daqui em diante, abreviadamente, Somota) respeitantes ao exercício de 2003.

2 — A sociedade continuou no ano em análise a deter, como único investimento financeiro, a participação de 70% no capital de Mota Gestão & Participações — SGPS, S. A. (daqui em diante designada de forma abreviada por MGP), com a qual, em 24 de Abril de 1996, a Somota foi constituída no âmbito do processo de cisão simples de Mota & Companhia, S. A., por destaque da participação em causa, que antes lhe pertencia.

3 — Não ocorreu, assim, no exercício findo, qualquer operação de aquisição ou venda de participações por parte da Somota.

E também não exerceu a sociedade qualquer outra actividade acessória nem celebrou com outras entidades, nem nesse ano nem desde a sua fundação, qualquer contrato de prestação de serviços.

4 — No exercício em exame, a evolução económica e financeira da Somota, foi a que em seguida se sintetiza:

4.1 — Os seus resultados líquidos registaram um prejuízo de 469 144,08 euros, comparável com 1 472 608,92 euros registados em 2002; esta evolução, decorre directamente da evolução dos resultados da MGP, dos quais a Somota se apropria em 70%;

4.2 — O capital próprio, em 31 de Dezembro de 2003, situava-se em 18 671 206,62 euros, contra 26 827 844,60 euros, na mesma data do ano anterior, ficando essa diminuição a dever-se ao ajustamento efectuado no valor da participação na MGP, pela aplicação do método da equivalência patrimonial;

4.3 — Por sua vez, o activo líquido da Somota no fim de 2003 atingia 19 049 850,92 euros, o que representa um decréscimo de 8 106 887,28 euros em relação a 31 de Dezembro de 2002, data em que este valor ascendia a 27 156 738,20 euros;

4.4 — Pelas contas apresentadas, a Somota, com um passivo de, somente, 378 644,30 euros, continua praticamente financiada apenas por capitais próprios.

5 — As perspectivas da Somota para o exercício de 2004, são, como é óbvio, idênticas às da sua única subsidiária, MGP, que, por sua vez se reconduzem essencialmente às de Mota-Engil — SGPS, S. A., e do amplo Grupo de empresas subsidiárias e associadas que a mesma lidera ou em que tem participações significativas, sem prejuízo, naturalmente, das perspectivas das demais sociedades directamente participadas pela própria MGP.

Mantém-se um elevado grau de incerteza sobre a evolução político-económica internacional, razão pela qual as previsões para o ano de 2004 deverão ser prudentes.

No entanto, quer a Mota-Engil — SGPS, S. A., quer a Sunviauto (a segunda maior participação da MGP), nos seus relatórios de gestão relativos a 2003, apontam para crescimentos de volume de negócios e de resultados, quando falam dos seus objectivos para 2004, pelo que, a verificar-se, essa evolução traduzir-se-á favoravelmente nas contas da Somota.

As demonstrações financeiras que se submetem à apreciação dos accionistas obedecem aos procedimentos contabilísticos e critérios valorimétricos legalmente impostos e usuais.

Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a segurança social.

8 — Relatório sobre as práticas de governo societário:

Declaração de cumprimento:

Dando cumprimento ao regulamento n.º 7/2001 da CMVM (com a redacção dada pelo regulamento n.º 11/2003 da mesma comissão), declara-se que, conforme explicitado neste relatório, a sociedade adoptou as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas.

Divulgação de informação:

A repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial, atendendo à sua natureza de sociedade gestora de participações sociais, apresenta-se não sob a forma de organigramas ou mapas funcionais, mas sim através da descrição dos pelouros que encerram as competências do órgão de administração, efectuada no ponto 7.5., bem como se consubstancia na descrição das regras societárias do ponto 7.4., onde se descreve a existência de regras inerentes aos processos de decisão críticos dentro do Grupo de empresas.

A cotação das acções da Somota — SGPS, S. A., manteve-se constante ao longo do ano, no valor de 19,95 euros, tendo-se transaccionado na Euronext um total de 364 acções.

Não ocorreram, durante o exercício de 2003, emissões de acções ou de outros valores mobiliários que confirmam direito à subscrição ou aquisição de acções.

Ao longo dos anos anteriores a política de dividendos adoptada pela sociedade consistiu na aplicação dos resultados em reservas, não atribuindo dividendos.

Não existem, actualmente quaisquer planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções, relativos à sociedade.

Não foram efectuados negócios nem outras operações entre a sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo, excepto os negócios que fazendo parte da actividade corrente, foram adicionalmente realizados em condições normais de mercado.

A sociedade utiliza com intensidade as novas tecnologias de informação, concretamente o correio electrónico, na divulgação de informação de natureza financeira, designadamente no contacto com investidores e analistas, com a imprensa da especialidade e com as autoridades de mercado, Comissão de Valores Mobiliários e Euronext Lisboa.

Referindo-nos à nossa subsidiária Mota-Engil — SGPS, aos serviços da qual recorremos sempre que necessário, existe uma página oficial na Internet, sob o endereço www.mota-engil.pt, onde, para além das actividades do Grupo Mota-Engil, se disponibiliza informação finan-

ceira, designadamente os relatórios e contas, os comunicados de facto relevante e outras *press-releases*, bem como as apresentações de resultados em formato electrónico. Este sítio na Internet encontra-se já organizado de acordo com o disposto no artigo 3.º-A do regulamento n.º 7/2001 da CMVM.

O Grupo Mota-Engil divulga ainda informação diversa sobre a sua actividade através das versões em papel e electrónica do seu boletim: sinergia.

Adicionalmente, existem diversos sítios na Internet de empresas do Grupo, aos quais se poderá aceder através do menu de *links* da página oficial.

Não existe um gabinete de apoio ao investidor. O representante para as relações com o mercado, Dr. José Luís Sapateiro, centraliza os contactos dessa natureza. O acesso, por parte de um investidor ou analista, pode ser efectuado por correio electrónico pelo endereço JLSapateiro@mota-engil.pt.

No que se refere à nossa subsidiária Mota-Engil — SGPS, S. A., foi constituída durante o ano de 2002 a direcção de relações com o mercado. O seu responsável é o Dr. João Vermelho, cujos contactos são:

João Vermelho, Rua Mário Dionísio, 2, 2796-957 Linda-a-Velha.
Tel. 351 214 158 200
Fax. 351 214 158 688
E-mail: jvermelho@mota-engil.pt.

Qualquer investidor ou analista poderá ainda entrar em contacto com esta empresa através do seu representante para as relações com o mercado, Dr. Eduardo Rocha, por correio electrónico, pelo endereço erocha@jmota-engil.pt.

Exercício do direito de voto e representação de accionistas:

Nos termos dos estatutos, a assembleia geral é constituída pelos accionistas com direito de voto possuidores de acções que, desde, pelo menos, 10 dias antes da data da reunião da assembleia:

a) Tenham sido registadas em seu nome em conta aberta junto da própria sociedade, quando a lei o permita, ou de outras entidades autorizadas para o efeito, se foram escriturais;

b) Se encontrem, consoante a sua natureza e regime, averbadas em seu nome nos registos da sociedade ou depositadas em seu nome junto desta ou de outra entidade legalmente autorizada para o efeito se forem tituladas.

O registo em conta de valores mobiliários escriturais e o depósito supra referidos, quando não hajam sido feitos na própria sociedade, terão de ser comprovados mediante certificado emitido pela entidade em que foram efectuados e que dê entrada na sociedade até, pelo menos, oito dias antes da data fixada para a reunião da assembleia geral.

Os accionistas que não possuírem o número de acções necessário para terem direito a voto poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar por acordo um só de entre eles para os representar na assembleia geral.

Os obrigacionistas só podem assistir às reuniões da assembleia geral através dos seus representantes comuns, designados nos termos, respectivamente, do artigo 343.º e dos artigos 357.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais.

A cada grupo de 100 acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resulte da divisão por cem do número das acções que possuam, sem qualquer limite.

As votações serão feitas pelo modo designado pelo presidente da mesa da assembleia geral.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da assembleia geral pelo seu cônjuge, por um ascendente ou descendente, por um administrador da sociedade ou por outro accionista.

Os accionistas que sejam pessoas colectivas far-se-ão representar por pessoa para o efeito designada pela respectiva administração ou direcção.

Todas as representações supra previstas deverão ser comunicadas ao presidente da mesa da assembleia geral por carta, com a assinatura do mandante reconhecida notarialmente ou autenticada pela própria sociedade, entregue na sede social até oito dias antes da data da assembleia, e que, especificando a reunião a que respeita, pela indicação da

data, hora e local em que se realize e da respectiva ordem de trabalhos, confira inequivocamente o mandato ao representante, com adequada identificação deste último.

Os accionistas poderão votar por correspondência, mas apenas relativamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da assembleia geral, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao presidente da mesa da assembleia, e sem prejuízo da obrigatoriedade da tempestiva prova da qualidade de accionista, nos termos supra indicados.

A declaração de voto por correspondência só será admitida quando assinada pelo titular das acções ou seu representante legal e acompanhada de cópia autenticada do bilhete de identidade do accionista, se este for uma pessoa singular, ou, tratando-se de pessoa colectiva, com a assinatura da declaração reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste, de forma expressa e inequívoca:

a) A indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;

b) A proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;

c) A indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente.

Não obstante o disposto na alínea b) supra, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas sobre o mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se absterem na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Não obstante o disposto na alínea c) supra, pode o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

Compete ao presidente da mesa da assembleia geral, ou, se for o caso, ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos constantes de declarações não aceites.

Não é possível exercer o direito de voto por meios electrónicos. As deliberações sociais são tomadas por maioria simples dos votos emitidos na assembleia, salvo quando a lei ou o presente contrato dispuserem diferentemente.

Em primeira convocação, a assembleia geral apenas poderá deliberar desde que se encontrem presentes ou representados accionistas que detenham acções correspondentes a mais de 50% do capital social.

7.4 — Regras societárias:

A sociedade não possui um regulamento interno.

Porém a sua subsidiária Mota-Engil — SGPS, S. A., enquanto *holding* do Grupo Mota-Engil, possui um regulamento interno, aprovado em conselho de administração e, uma vez que exerce a sua actividade económica de forma indirecta através das suas participadas formalmente comunicado a todas as empresas do Grupo Mota-Engil, onde existe uma relação de domínio, ou de influência dominante ou significativa.

Ao abrigo desse regulamento os conselhos de administração das participadas devem obter aprovação prévia do conselho de administração da *holding* relativamente à prática de um conjunto de actos de gestão exaustivamente previstos no dito regulamento, considerados como de elevado impacto nos negócios do Grupo ou por versarem matérias que a *holding* entende como compreendidas no seu exclusivo âmbito de competências.

Para além do referido sobre o regulamento interno aprovado pelo conselho de administração da Mota-Engil — SGPS, S. A. e divulgado junto das empresas do Grupo não existem outros procedimentos de controlo do risco, nem órgãos de auditoria e, ou, gestão do risco sediados na *holding*. É no entanto órgão da Mota-Engil — SGPS, S. A., a direcção de controlo de gestão. Refira-se ainda a este propósito, a existência de departamentos de qualidade nas empresas certificadas ou em processo de certificação e de departamentos de

segurança nas empresas que se dedicam ao segmento da construção. Conforme decorre das disposições estatutárias reproduzidas no capítulo anterior, não existem limites estatutários ao exercício de direitos de voto. Não existem direitos especiais de um accionista ou de um conjunto de accionistas, nem a sociedade tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais.

7.5 — Órgão de administração:

O conselho de administração é composto pelo presidente do conselho de administração, pelo vice-presidente do conselho de administração e por três vogais, não havendo a distinção entre administradores executivos e não-executivos, nem existindo a figura da comissão executiva.

O conselho de administração tem a seguinte composição:

Presidente: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota.

Vice-presidente: José Luís Sapateiro.

Vogais:

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos.

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa.

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles.

Listam-se nos parágrafos seguintes as sociedades em que os membros dos órgãos sociais da Somota — SGPS, S. A., exercem cargos sociais:

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota:

Presidente do conselho de administração das seguintes sociedades: Mota-Engil — Engenharia e Construção, S. A.; Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, S. A.; FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A.; Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A., Somota — SGPS, S. A. e Vallis — SGPS, S. A.;

Administrador das seguintes sociedades: Auto Sueco (Angola), S. A. R. L., António de Lago Cerqueira, S. A. e Tabella Holding BV.

Gerente da Mota Internacional — Comércio e Consultoria Económica, L.ª e da Sociedade Agrícola Moura Bastos, L.ª;

Director da ANEOP — Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas;

Presidente da mesa da assembleia geral das seguintes sociedades: Indáqua — Indústria e Gestão de Águas, S. A., Martifer — Construções Metalomecânicas, S. A., Tratofoz — Sociedade de Tratamento de Resíduos, S. A., Mota-Engil — Ambiente e Serviços, SGPS, S. A. e CPTP — Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S. A.;

Presidente da comissão de fixação de vencimentos das seguintes sociedades: Martifer Alumínios, S. A., Mota-Engil — Ambiente e Serviços, SGPS, S. A., Engil III — Investimentos Internacionais e Construção, S. A.; EM — Edifícios Modernos, Construções, S. A., Emsa — Sociedade Imobiliária, S. A., Ferrovias e Construções, S. A., Gerco — Sociedade de Engenharia Electrotécnica, S. A., Martifer — Construções Metalomecânicas, S. A., Sol-S-International — Tecnologias de Informação, SA, Sol-S e Solsuni — Tecnologias de Informação, S. A. e Vibeiras — Sociedade Comercial de Plantas, S. A.;

Membro da comissão de fixação de vencimentos das seguintes sociedades: António de Lago Cerqueira, S. A., Aurimove — Sociedade Imobiliária, S. A., Mota-Engil — Engenharia e Construção, S. A., Mota-Engil — Tecnologias de Informação, S. A., MEITS-Mota-Engil — Imobiliário e Turismo, S. A., Passeio da Marginal — Sociedade Imobiliária, S. A., Planinova — Sociedade Imobiliária, S. A., Soprocil — Sociedade de Projectos e Construções Cívicas, S. A., em representação de António de Lago Cerqueira, S. A., e Suma — Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S. A.

José Luís Sapateiro:

Vice-presidente do conselho de administração das sociedades: Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A. e Somota — SGPS, S. A.;

Administrador da Lusoponte — Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A.;

Presidente da mesa da assembleia geral das seguintes sociedades: APCAP — Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Auto-Estradas ou Pontes com Portagens, Aurimove — Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, S. A., Finpro — SGPS, S. A.,

FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A., Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S. A., MEITS-Mota-Engil — Imobiliário e Turismo, S. A., Sol-S e Solsuni — Tecnologias de Informação, S. A., Sol-S International — Tecnologias de Informação, S. A., Planinova — Sociedade Imobiliária, S. A. e PT Multimédia — Serviços de Telecomunicações e Multimedia, SGPS, S. A.

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos:

Presidente do conselho de administração das seguintes sociedades: Algosi — Gestão de Participações Sociais, SGPS, S. A., e António de Lago Cerqueira, S. A.;

Administradora das seguintes sociedades: Agrimota — Sociedade Agrícola e Florestal, S. A., Aurimove — Sociedade Imobiliária, S. A., Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, S. A., FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A.; Maprel Nelas — Indústria de Pré-Fabricados, S. A., Mota-Engil — Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, S. A.; MEITS-Mota-Engil — Imobiliário e Turismo, S. A., Mota Gestão e Participações, SGPS, S. A., Passeio da Marginal — Sociedade Imobiliária, S. A., Planinova — Sociedade Imobiliária, S. A., Somota — SGPS, S. A. e Sunviauto — Indústria de Componentes de Automóveis, S. A.;

Gerente das seguintes sociedades: Calçadas do Douro — Sociedade Imobiliária, L.ª, Carlos Vieira dos Santos, L.ª, Casal Agrícola de Parada, L.ª, Cerâmica do Boialvo, L.ª, Nortedomus — Sociedade Imobiliária, L.ª, Edifícios Galiza — Sociedade Imobiliária, L.ª, Edifícios Mota-Viso — Sociedade Imobiliária, L.ª, Ladário — Sociedade de Construção, L.ª, Largo do Paço — Investimentos Turísticos e Imobiliários, L.ª, Matiprel — Materiais Pré-Fabricados, L.ª, Mil e Sessenta — Sociedade Imobiliária, L.ª, Mota-Internacional — Comércio e Consultoria Económica, L.ª, Motadomus — Sociedade Imobiliária, L.ª, Predimarão — Sociedade de Construções, L.ª, Serra Lisa — Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, L.ª, Sociedade Agrícola Moura Bastos, L.ª e Edipainel — Sociedade Imobiliária, L.ª;

Vice-presidente da mesa da assembleia geral da Vibeiras — Sociedade Comercial de Plantas, S. A.;

Secretária da mesa da assembleia geral da Probisa Portuguesa — Construção e Obras Públicas, S. A.;

Membro da comissão de fixação de vencimentos das seguintes sociedades: António de Lago Cerqueira, S. A., Aurimove — Sociedade Imobiliária, S. A., Martifer Alumínios, S. A., Mota-Engil — Ambiente e Serviços, SGPS, S. A., EM — Edifícios Modernos, Construções, S. A., e Martifer — Construções Metalomecânicas, S. A., todas em representação da Mota-Engil — SGPS, S. A., e Engil III — Investimentos Internacionais e Construção, S. A., Ferrovias e Construções, S. A., Mota-Engil — Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S. A., MEITS-Mota-Engil — Imobiliário e Turismo, S. A., Passeio da Marginal — Sociedade Imobiliária, S. A. e da Planinova — Sociedade Imobiliária, S. A.

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa:

Presidente do conselho de administração da Mota-Engil — Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S. A.;

Vice-presidente do conselho de administração da FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A., e da Vallis — SGPS, S. A.;

Administradora das seguintes sociedades: António de Lago Cerqueira, S. A., Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A., SDCI — Sociedade de Distribuição e Comércio Internacional, S. A., Somota — SGPS, S. A.; Supermercados Navarras, S. A. e da Tabella Holding, BV;

Gerente das seguintes sociedades: Edifícios Galiza — Sociedade Imobiliária, L.ª, Imobiliária Toca do Lobo, L.ª, Matiprel — Materiais Pré-Fabricados, L.ª, Sociedade Agrícola Moura Bastos, L.ª e da Casal Agrícola de Parada, L.ª;

Presidente da mesa da assembleia geral da Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, S. A.;

Vice-presidente da mesa da assembleia geral da Pescas — Tavares Mascarenhas, S. A.

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles:

Presidente do conselho de administração das seguintes sociedades: Aurimove — Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, S. A., MEITS-Mota-Engil — Imobiliário e Turismo, S. A.; Planinova — Sociedade Imobiliária, S. A., RTA — Rio Tâmega,

Turismo e Recreio, S. A., SGA — Sociedade de Golfe de Amarante, S. A. e Passeio da Marginal — Sociedade imobiliária, S. A.;

Vice-presidente do conselho de administração da Algosi — Gestão de Participações Sociais, SGPS, S. A.;

Administradora das seguintes sociedades: António de Lago Cerqueira, S. A., Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, S. A., FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A., Mota-Engil — Ambiente e Serviços, SGPS, S. A., Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A., Somota — SGPS, S. A. e da Turalgo — Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S. A.;

Gerente das seguintes sociedades: Calçadas do Douro — Sociedade Imobiliária, L.ª, Casal Agrícola de Parada, L.ª, Corgimobil — Empresa Imobiliária das Corgas, L.ª, Nortedomus — Sociedade Imobiliária, L.ª, Edifícios Galiza — Sociedade Imobiliária, L.ª, Edifícios Mota-Viso — Sociedade Imobiliária, L.ª, Largo do Paço — Investimentos Turísticos e Imobiliários, L.ª, Maprel — Empresa de Pavimentos e Materiais Pré-esforçados, L.ª, Matiprel — Materiais Pré-Fabricados, L.ª, Mil e Sessenta — Sociedade Imobiliária, L.ª, Motadomus — Sociedade Imobiliária, L.ª, Predimarão — Sociedade de Construções, L.ª, Sociedade Agrícola Moura Bastos, L.ª, Edipainel — Sociedade Imobiliária, L.ª e da Verotâmega — Sociedade Imobiliária, L.ª;

Membro da comissão de fixação de vencimentos das seguintes sociedades: António de Lago Cerqueira, S. A., Aurimove — Sociedade Imobiliária, S. A., MEITS-Mota-Engil — Imobiliário e Turismo, S. A., Planinova — Sociedade Imobiliária, S. A., RTA — Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S. A., Passeio da Marginal — Sociedade Imobiliária, S. A. e da SGA — Sociedade de Golfe de Amarante, S. A.

O órgão de administração da sociedade exerce o controle efectivo da vida societária através da distribuição de pelouros executivos aos membros do conselho de administração.

Nos pelouros de coordenação e controle, inscrevem-se os pelouros da coordenação financeira, da coordenação comercial, da coordenação jurídica, da coordenação de recursos humanos dos sistemas de informação, do controlo de gestão, das relações com o mercado de capitais e da imagem corporativa.

O conselho de administração reúne com frequência, para apreciação das matérias relativas aos negócios das sociedades e do Grupo.

Durante o exercício de 2003, o conselho de administração reuniu por quatro vezes.

No exercício em causa não se verificou remuneração a qualquer dos membros do órgão de administração.

De acordo com o disposto no artigo 1.º do regulamento n.º 7/2001 da CMVM considera-se administrador independente o Dr. José Luís Sapateiro.

O controlo interno não é exercido por comissões autónomas, decorrendo da composição e organização referida do próprio conselho de administração (pelouros por linhas de negócio e i pelouros por funções de coordenação e controlo).

9 — Os resultados líquidos do exercício de 2003, negativos, no montante de 469 144,08 euros, propõe o conselho de administração que sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

10 — O conselho de administração agradece ao conselho fiscal a prestimosa colaboração que este lhe prestou.

Porto, 21 de Abril de 2004. — O Conselho de Administração: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, presidente — José Luís Sapateiro, vice-presidente — Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, vogal — Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota, vogal — Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota, vogal.

Anexo ao relatório de gestão

Ações detidas em 31 de Dezembro de 2003

	Somota — SGPS, S. A.			
	Qt.	Mov.	Q. F.	Percent.
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, cônjuge e filhos menores	45 534	—	45 534	4,6
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	35 424	—	35 424	3,5
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	35 424	—	35 424	3,5
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	35 424	—	35 424	3,5
José Luís Sapateiro e cônjuge	27	—	27	—
Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A.	—	—	—	—
Somota — SGPS, S. A.	—	—	—	—
FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A.	587 985	264,0	583 249	58,8
Algosi — Gestão de Participações Sociais, SGPS, S. A.	—	—	—	—
Vallis — SGPS, S. A.	—	—	—	—

	Mota-Engil— SGPS, S. A.			
	Qt.	Mov.	Q. F.	Percent.
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, cônjuge e filhos menores	2 590 945	—	2 590 945	1,3
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	2 025 005	—	2 025 005	1,0
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	2 100 000	—	2 100 000	1,0
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	2 276 215	—	2 276 215	1,1
José Luís Sapateiro e cônjuge	3 340	—	3 340	—
Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A.	69 187 566	— 713 917	68 473 649	33,8
Somota — SGPS, S. A.	—	—	—	—
FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A.	—	—	—	—
Algosi — Gestão de Participações Sociais, SGPS, S. A.	39 635 345	19,4	39 635 345	19,4
Vallis — SGPS, S. A.	39 635 305	19,4	39 635 345	19,4

	Algosi — SGPS, S. A.			
	Qt.	Mov.	Q. F.	Percent.
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, cônjuge e filhos menores	1 666	—	1 666	16,7
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	1 078	—	1 078	10,8
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	1 078	—	1 078	10,8

	Algosi — SGPS, S. A.			
	Qt.	Mov.	Q. F.	Percent.
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	1 078	—	1 078	10,8
José Luís Sapateiro e cônjuge	—	—	—	—
Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A.	5 100	51,0	10 200	—
Somota — SGPS, S. A.	—	—	—	—
FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A.	—	—	—	—
Algosi — Gestão de Participações Sociais, SGPS, S. A.	—	—	—	—
Vallis — SGPS, S. A.	—	—	—	—

	Vallis — SGPS, S. A.			
	Qt.	Mov.	Q. F.	Percent.
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, cônjuge e filhos menores	3 332	16,7	330 000	5,5
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	2 156	10,8	240 000	4,0
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	2 156	10,8	240 000	4,0
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	2 156	10,8	240 000	4,0
José Luís Sapateiro e cônjuge	—	—	—	—
Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A.	10 200	51,0	—	—
Somota — SGPS, S. A.	—	—	—	—
FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A.	—	—	—	—
Algosi — Gestão de Participações Sociais, SGPS, S. A.	—	—	—	—
Vallis — SGPS, S. A.	—	—	—	—

	MGP — SGPS, S. A.		FM — SGPS, S. A.	
	Qt.	Percent.	Qt.	Percent.
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, cônjuge e filhos menores	330 000	5,5	19 110	38,2
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	240 000	4,0	10 290	20,6
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	240 000	4,0	10 290	20,6
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota e cônjuge	240 000	4,0	10 290	20,6
José Luís Sapateiro e cônjuge	—	—	—	—
Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A.	—	—	—	—
Somota — SGPS, S. A.	4 200 000	70,0	—	—
FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A.	—	—	—	—
Algosi — Gestão de Participações Sociais, SGPS, S. A.	—	—	—	—
Vallis — SGPS, S. A.	—	—	—	—

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2003

ACTIVO

Código das contas	2003			2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
321	Despesas de instalação	—	—	—
432	Despesas de investig. e desenvolvim.	—	—	—
433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—
434	Trespases	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
449	Adiant. por conta de imobiliz. incorp.	—	—	—
		—	—	—
Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	—	—	—
422	Edifícios e outras construções	—	—	—
423	Equipamento básico	—	—	—
424	Equipamento de transporte	—	—	—
425	Ferramentas e utensílios	—	—	—
426	Equipamento administrativo	—	—	—

		(Em euros)			
Código das contas		2003			2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
427	Taras e vasilhame	—	—	—	—
429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
448	Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	—	—	—	—
		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo	19 045 086,20	—	19 045 086,20	27 138 676,00
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
4113+414+415	Títulos e outras aplic. financeiras	—	—	—	—
4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
447	Adiant. por conta de invest. financeiros	—	—	—	—
		<u>19 045 086,20</u>	<u>—</u>	<u>19 045 086,20</u>	<u>27 138 676,00</u>
	Circulante:				
	Existências:				
36	Mat.-primas, subsid. e de consumo	—	—	—	—
35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
34	Subprod., desperd., resíduos e refugos	—	—	—	—
33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
32	Mercadorias	—	—	—	—
37	Adiant. por conta de compras	—	—	—	—
		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Dívidas de terceiros — curto prazo:				
211+216	Clientes, c/c	—	—	—	—
212+214	Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
218	Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
252	Empresas grupo	—	—	—	—
253+254	Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
2619	Adiant. a fornec. de imobilizado	—	—	—	—
24	Estado e outros entes público	2 746,39	—	2 746,39	1 496,39
262+266/8+221	Outros devedores	178,92	—	178,92	11 230,12
264	Subscritores de capital	—	—	—	—
		<u>2 925,31</u>	<u>—</u>	<u>2 925,31</u>	<u>12 726,51</u>
	Títulos negociáveis:				
1511	Ações em empresas do grupo	—	—	—	—
1521	Obrig. e tit. de part. em empr. do grupo	—	—	—	—
1512	Ações em empresas associadas	—	—	—	—
1522	Obrig. e títulos de part. em empr. assoc.	—	—	—	—
1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	1 839,41	—	1 839,41	5 335,69
11	Caixa	—	—	—	—
		<u>1 839,41</u>	<u>—</u>	<u>1 839,41</u>	<u>5 335,69</u>
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	—	—	—	—
272	Custos diferidos	—	—	—	—
		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	Total de amortizações			<u>—</u>	
	Total de provisões			<u>—</u>	
	Total do activo	<u>19 049 850,92</u>		<u>19 049 850,92</u>	<u>27 156 738,20</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(Em euros)

Código das contas		2003	2002
Capital próprio:			
51	Capital	5 000 000,00	5 000 000,00
521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—
522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—
53	Prestações suplementares	—	—
54	Prémios de emissão de acções (quotas)	15 949 511,68	15 949 511,68
551	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	— 267 367,48	— 267 367,48
552	Lucros não atribuídos	29 509 030,58	29 509 030,58
553	Outras variações capitais próprios	— 27 426 580,67	— 19 739 086,77
56	Reservas de reavaliação	—	—
Reservas:			
571	Reservas legais	1 465 180,38	1 465 180,38
572	Reservas estatutárias	—	—
573	Reservas contratuais	—	—
574 a 579	Outras reservas	25 085 178,19	25 085 178,19
59	Resultados transitados:		
591	Resultados transitados	— 665 571,40	807 037,52
592	Lucros não atribuídos	— 29 509 030,58	— 29 509 030,58
	<i>Subtotal</i>	<u>19 140 350,70</u>	<u>28 300 453</u>
88	Resultado líquido do exercício	— 469 144,08	— 1 472 608,92
89	Dividendos antecipados	—	—
	<i>Total do capital próprio</i>	<u>18 671 206,62</u>	<u>26 827 844,60</u>
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos:			
291	Provisões para pensões	—	—
292	Provisões para impostos	—	—
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	—
		<u>—</u>	<u>—</u>
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
Empréstimos por obrigações:			
2322	Não convertíveis	—	—
233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
252	Empresas do grupo	376 479,93	313 079,93
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
239	Outros empréstimos obtidos	—	—
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
		<u>376 479,93</u>	<u>313 079,93</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
2322	Não convertíveis	—	—
233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
221+226	Fornecedores, c/c	2 164,37	—
228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
252	Empresas do grupo	—	—
253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
219	Adiantamentos de clientes	—	—
239	Outros empréstimos obtidos	—	—
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
24	Estado e outros entes públicos	—	—
262/8+211	Outros credores	—	15 813,67
		<u>2 164,37</u>	<u>15 813,67</u>

		(Em euros)	
Código das contas		2003	2002
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	—	—
274	Proveitos diferidos	—	—
		—	—
	<i>Total do passivo</i>	<u>378 644,30</u>	<u>328 893,60</u>
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>19 049 850,92</u>	<u>27 156 738,20</u>

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2003

CUSTOS E PERDAS

		(Em euros)	
Código das contas		2003	2002
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	—	—
	Matérias	—	—
62	Fornecimentos e serviços externos	62 531,23	44 159,64
64	Custos com pessoal:		
641+642	Remunerações	—	—
	Encargos sociais:		
643+644	Pensões	—	—
645/8	Outros	—	—
66	Amortiz. do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	—	—
67	Provisões	—	—
63	Impostos	40,33	8 257,62
65	Outros custos operacionais	—	—
		40,33	8 257,62
	(A)	62 571,56	52 417,26
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	406 095,90	1 419 806,00
683+684	Amortiz. e prov. de aplic. e inv. financeiros	—	—
681+685/8	Juros e custos similares:		
	Relativo a empresas do grupo	—	—
	Outros	426,74	385,66
	(C)	469 094,20	1 472 608,92
69	Custos e perdas extraordinários	49,88	—
	(E)	469 144,08	1 472 608,92
86	Imposto sobre o rendim. do exercício	—	—
	(G)	469 144,08	1 472 608,92
88	Resultado líquido do exercício	— 469 144,08	— 1 472 608,92
		<u>22 248 587,72</u>	<u>17 114 721,59</u>

PROVEITOS E GANHOS

		(Em euros)	
Código das contas		2003	2002
71	Vendas:		
	Mercadorias	—	—
	Produtos	—	—
72	Prestações de serviços	—	—

(Em euros)

Código das contas		2003	2002
	Variação da produção	—	—
75	Trabalhos para a própria empresa	—	—
73	Proveitos suplementares	—	—
74	Subsídios à exploração	—	—
76	Outros proveitos operacionais	—	—
	(B)	—	—
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	—	—
784	Rendimentos de particip. de capital	—	—
7812/15/6+783	Rendimentos de tit. negociáveis e de outras outras aplicações financeiras	—	—
	Relativo a empresas do Grupo	—	—
	Outros	—	—
7811/3/4/8+785/8	Outros juros e proveitos similares: Relativo a empresas do Grupo	—	—
	Outros	—	—
	(D)	—	—
79	Proveitos e ganhos extraordinários	—	—
	(F)	—	—

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A)	— 62 571,56	— 52 417,26
Resultados financeiros: (D–B)–(C–A)	— 406 522,64	— 1 420 191,66
Resultados correntes: (D–C)	— 469 094,20	— 1 472 608,92
Resultado antes de imposto: (F)–(E)	— 469 144,08	— 1 472 608,92
Resultado líquido do exercício: (F)–(G)	— 469 144,08	— 1 472 608,92

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Demonstração dos fluxos caixa (método directo) em 31 de Dezembro de 2003

(Em euros)

	2003
Actividades operacionais:	
Recebimentos de clientes	—
Pagamentos a fornecedores	64 569,67
Pagamentos ao pessoal	—
Fluxo gerado pelas operações	(64 569,67)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(1 849,99)
Fluxo gerados antes das rubricas extraordinárias	(66 419,66)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	—
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	49,88
<i>Fluxo das actividades operacionais (1)</i>	<i>(66 469,54)</i>
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros	—
Imobilizações corpóreas	—
Imobilizações incorpóreas	—
Subsídios de investimento	—
Juros e proveitos similares	—
Dividendos	—
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	—
Imobilizações corpóreas	—
Imobilizações incorpóreas	—
Accionistas	—
Imposto sobre o rendimento	—
Imposto sobre as sucessões e doações	—
<i>Fluxo das actividades de investimento (2)</i>	<i>—</i>

(Em euros)

	2003	
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	—	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	—	
Subsídios e doações	—	
Venda de acções (quotas) próprias	—	
Cobertura de prejuízos	—	
Accionistas	63 400,00	63 400,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	—	
Amortização de contratos de locação financeira	—	
Juros e custos similares	426,74	
Dividendos	—	
Reduções de capital e prestações suplementares	—	
Accionistas	—	426,74
<i>Fluxo das actividades de financiamento (3)</i>		62 973,26
Variação de caixa e seus equivalentes = (4) = (1) + (2) + (3)		(3 496,28)
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 335,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 839,41

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2003	2002
Numerário	—	—
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 839,41	5 335,69
Equivalentes a caixa	—	—
Caixa e seus equivalentes	1 839,41	5 335,69
Outras disponibilidades	—	—
Disponibilidades constantes do balanço	1 839,41	5 335,69

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Demonstração dos resultados por funções

(Em euros)

	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	—	—
Custo das vendas e das prestações de serviços	—	—
Resultados brutos	—	—
Outros proveitos e ganhos operacionais	—	—
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	— 62 581,11	— 44 159,64
Outros custos e perdas operacionais	— 40,33	— 8 257,62
Resultados operacionais	— 62 621,44	— 52 417,26
Custo líquido de financiamento	— 426,74	— 385,66
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	— 406 095,90	— 1 419 806,00
Ganhos (perdas) em outros investimentos	—	—
Resultados correntes	— 469 144,08	— 1 472 608,92

(Em euros)

	2003	2002
Impostos sobre os resultados correntes	—	—
Resultados correntes após impostos	— 469 144,08	— 1 472 608,92
Resultados extraordinários	—	—
Impostos sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultados líquidos	— 469 144,08	— 1 472 608,92
Resultados por acção	— 0,469	— 1,473

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados referente ao exercício de 2003

Nota introdutória:

A Somota — SGPS, S. A., é uma sociedade anónima, com sede na Casa da Calçada, em Cepelos, Amarante, constituída em 24 de Abril de 1996, na sequência da aprovação do projecto de cisão de Mota & Companhia, S. A., mediante destaque da participação de 70% do capital (4 200 000 acções) da Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A., e tem como objecto da sua actividade, a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas, que compreendem exclusivamente despesas de instalação, encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

b) *Investimentos financeiros*. — Os investimentos financeiros são registados pelo método da equivalência patrimonial, conforme estabelecido na Directriz contabilística n.º 9/92, sendo as participações registadas pelo custo de aquisição, acrescido ou reduzido pelo valor correspondente à proporção no capital das empresas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas do grupo e associadas, com exclusão dos resultados líquidos do exercício, foram registadas na rubrica de ajustamentos de partes de capital.

Os valores correspondentes à proporção dos resultados líquidos do exercício das empresas participadas são registados como ganhos ou perdas financeiros do exercício.

6 — Indicação das situações que afectem significativamente os impostos futuros:

A empresa encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das participadas não são tributadas. Em consequência deste normativo, e face aos custos suportados pela empresa e dedutíveis fiscalmente e a exclusão de tributação dos ganhos financeiros obtidos, na parte que diz respeito à contabilização dos resultados obtidos nas participações financeiras, resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial, não houve lugar ao apuramento de matéria colectável no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos, os apurados até ao exercício de 1995, inclusive; durante um período de seis anos, os apurados a partir do exercício de 1996, inclusive, após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esses períodos. Não houve aplicação das disposições da directriz contabilística n.º 28 por não haver expectativas de recuperar os prejuízos existentes até à data.

10 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo de 31 de Dezembro de 2003 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumento	Alienação	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	—	—	—	—	—	—
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	27 138 676,00	— 8 093 589,80	—	—	—	19 045 086,20
Amortizações e provisões:						
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regular.	Saldo final		
Despesas de instalação	—	—	—	—	—	—

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos nas empresas do grupo e associadas, em 31 de Dezembro de 2003, teve o seguinte impacto:

Rubricas	Ajust. em partes do capital nota n.º 40	Ganhos em empresas do Grupo e associadas nota n.º 45	Perdas em empresas do Grupo e associadas nota n.º 45	Total
Empresas do Grupo:				
Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A.	— 7 687 493,90	—	406 095,90	— 8 093 589,80

16 — Partes de capital em empresas do Grupo e associadas e outras empresas:

Em 31 de Dezembro de 2003 os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Nome	Quantidade	Capital	Porcentagem	Valor de compra	Resultados do exercício	Capital próprio	Valor de balanço
Empresas do grupo:							
Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A.	4 200 000	30 000 000	70	—	— 580 137	27 207 266	19 045 086

Os saldos em 31 de Dezembro de 2003 com Empresas do Grupo e Associadas eram os seguintes:

Saldos	FM — SGPS, S. A.
Accionistas — Empresas do Grupo	(376 479,93)

28 — Discriminação das dívidas incluídas na conta de Estado e outros entes públicos, em situação de mora:

Em 31 de Dezembro de 2003 não existem dívidas, em situação de mora, ao Estado ou quaisquer outros entes públicos, incluindo a segurança social. Naquela data as rubricas do balanço tinham a seguinte composição:

Rubricas	Saldos	
	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento	2 746,39	—

36 — Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e o seu valor nominal:

Em 31 de Dezembro de 2003 o capital da empresa era constituído por 1 000 000 de acções, do valor nominal de cinco euros cada.

37 — Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20%.

Em 31 de Dezembro de 2003 a FM — Sociedade de Controlo, SGPS, S. A., detinha 58,82% da Somota — SGPS, S. A., o equivalente a 588 249 acções.

40 — Movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio:

O movimento ocorrido nas rubricas de capitais próprios durante o exercício de 2003 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
51 — Capital	5 000 000,00	—	—	5 000 000,00
54 — Prémios de emissão de acções	15 949 511,68	—	—	15 949 511,68
55 — Ajust. de partes de capital em filiais e associadas:				
551 — Ajustamentos de transição	— 267 367,48	—	—	— 267 367,48
552 — Lucros não atribuídos	29 509 030,58	—	—	29 509 030,58
553 — Outras variações nos capitais próprios	— 19 739 086,77	— 7 687 493,90	—	— 27 426 580,67
57 — Reservas:				
571 — Reservas legais	1 465 180,38	—	—	1 465 180,38
574 — Reservas livres	25 085 178,19	—	—	25 085 178,19
59 — Resultados transitados:				
591 — Resultados transitados	807 037,52	—	1 472 608,92	— 665 571,40
592 — Lucros não atribuídos	— 29 509 030,58	—	—	— 29 509 030,58
88 — Resultados líquidos	— 1 472 608,92	— 469 144,08	1 472 608,92	— 469 144,08
	26 827 844,60	— 8 156 637,98	2 945 217,84	18 671 206,62

O movimento ocorrido durante o ano na rubrica de ajustamentos de partes de capital, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2003 (nota n.º 10).

Reservas legais: de acordo com a legislação vigente, a empresa é obrigada a transferir para a reserva legal no mínimo, 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja 20% do capital.

Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as reservas.

Reservas livres: respeita à aplicação dos resultados de acordo com o deliberado na assembleia geral de aprovação das contas dos exercícios anteriores.

Resultados transitados: o movimento registado, no exercício, consagra a decisão tomada pela assembleia geral de aprovação das contas de 2002, assim como a contabilização da diferença entre os lucros imputados (método da equivalência patrimonial) e os lucros atribuídos.

Resultados líquidos: estes movimentos referem-se, relativamente aos aumentos registados no exercício, ao resultado líquido obtido no ano de 2003; no que diz respeito às diminuições, à aplicação dos resultados obtidos no exercício de 2002.

43 — Remunerações aos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no exercício de 2003 ascenderam a:

Fiscalização — 32 556,97 euros.

45 — Demonstração dos resultados financeiros, como segue:

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS		
	2003	2002
681 — Juros suportados	30,21	6,54
682 — Perdas em empresas do Grupo e associadas	406 095,90	1 419 806,00
688 — Outros custos e perdas financeiros	396,53	379,12
	406 522,64	1 420 191,66
Result. financeiros	- 406 522,64	- 1 420 191,66

PROVEITOS E GANHOS		
	2003	2002
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	-	-
788 — Outros prov. e ganhos financeiros	-	-
	-	-

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS		
	2003	2002
695 — Multas e penalidades	49,88	-
Resultados extraordinários	- 49,88	-
	49,88	-

PROVEITOS E GANHOS		
	2003	2002
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	-	-

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras de Somota — SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 19 049 851 euros e um total de capital próprio de 18 671 207 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 469 144 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — Excepto quanto à limitação descrita no ponto 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Reserva.* — A empresa possui uma participação financeira na Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A. (nota n.º 16 do anexo) cuja certificação legal das contas relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, inclui uma reserva respeitante à impossibilidade de concluir sobre a data e valor de realização dos activos relacionados com as operações no mercado africano. Os valores envolvidos foram confirmados e estão adequadamente divulgados nas notas do anexo consolidado da empresa do grupo Mota-Engil — SGPS, S. A., contudo a manutenção de risco-país em Angola, não nos permite determinar, com rigor, o efeito dessa situação na valorização desse investimento financeiro.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no ponto 6, acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Somota — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Porto, 30 de Abril de 2004. — António Magalhães & Carlos Santos — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Carlos Alberto Freitas dos Santos*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Dando cumprimento ao disposto na lei e no contrato de sociedade e no âmbito das competências que nos foram conferidas, vimos apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, preparados pelo conselho de administração da Somota — SGPS, S. A., respeitantes ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2003.

Numa breve alusão ao que ocorreu de mais significativo na empresa durante o último exercício, pretendemos salientar a conclusão do

complexo processo de reorganização do Grupo Mota-Engil, em que a empresa se insere, em quatro áreas de actividades independentes, e o assinalável desempenho em fase de baixa conjuntura económica.

No exercício das nossas funções, foram efectuadas as verificações que entendemos adequadas e procedemos, com regularidade, aos exames sobre os registos contabilísticos, tendo efectuado, por selecção aleatória, testes de conformidade desses registos com os documentos que lhes deram origem.

Durante o ano, tomámos conhecimento da evolução da gestão da empresa, quer através da análise de peças contabilísticas que, numa base sistemática, nos foram sendo disponibilizadas, quer reunindo com o conselho de administração e com os responsáveis dos serviços da empresa, contactos que facilitaram a nossa missão.

Examinámos o relatório de gestão que, além de mencionar os temas impostos por lei, foca, com objectividade, a situação da empresa nos seus diversos aspectos.

As demonstrações financeiras, constituídas pelo balanço, demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, demonstração dos fluxos de caixa e correspondentes anexos, foram objecto da nossa análise.

Elaborámos, como nos competia, a certificação legal das contas, a qual consideramos parte integrante deste documento.

Como corolário do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003;

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão;

3.º Que seja reconhecido ao conselho de administração a sua competência na gestão da empresa.

Amarante, 3 de Maio de 2004. — O Fiscal Único, António Magalhães & Carlos Santos — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Carlos Alberto Freitas dos Santos*, revisor oficial de contas.

Relatório consolidado de gestão relativo ao exercício de 2003

Srs. Accionistas:

1 — Cumprindo as disposições legais e estatutárias aplicáveis, o conselho de administração submete à assembleia geral o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas da Somota — SGPS, S. A. (daqui em diante, abreviadamente, Somota) respeitantes ao exercício de 2003.

2 — Embora a participação de 70% no capital da Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A., constitua o seu único investimento financeiro directo, a Somota detém, através dela, participações indirectas, em todas as sociedades que são, directa ou indirectamente, subsidiárias e associadas da MGP.

Daí o amplo universo de empresas a considerar para efeitos de consolidação, tal como resulta das notas do anexo ao balanço e à demonstração de resultados, que em seguida se indicam:

1 — Empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global;

5 — Empresas incluídas na consolidação pelo método da consolidação proporcional;

3 — Empresas reflectidas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial;

4 — Empresas excluídas da consolidação.

3 — Dando cumprimento ao disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a Somota não possui quaisquer acções próprias em carteira e que nenhuma das suas subsidiárias detém acções da empresa-mãe.

4 — A consolidação, de que resultam as contas que se submetem à assembleia geral, obedece aos critérios e directivas estabelecidos no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, e nos artigos 508.º-A a 508.º-C, do Código das Sociedades Comerciais.

5 — Após uma breve análise do quadro conjuntural em que se desenvolveu, no ano de 2003, a actividade do conjunto das empresas compreendidas no perímetro da consolidação, ocupar-nos-emos do andamento geral dos seus negócios durante o exercício, tomando, todavia, como base os dados que resultam do relatório e contas consolidadas da Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A., única sociedade em que, como se referiu antes, a Somota tem participação directa.

A actividade de ampla maioria das empresas compreendidas no perímetro de consolidação da Somota insere-se sector da construção civil e obras públicas e em outros situados a montante ou a juzante daquele e que com ele directamente se relacionam.

Em face do período conturbado que o ano de 2003 representou, a *performance* da Somota dever-se-á considerar globalmente satisfatória.

7 — As contas consolidadas da Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A., abrangem, com excepção da Somota — SGPS, S. A., todas as sociedades do Grupo que a Somota encabeça.

A síntese que essa consolidação ao nível da Mota Gestão e Participações representa, quanto à evolução económica e financeira do Grupo em 2003, é a que se traduz no quadro seguinte:

	(Em euros)		
	2003	2002	Variação (percentagem)
Volume de negócios	1 005 319 765	876 096 353	14,7
Resultados correntes	10 652 268	7 302 118	45,9
Resultados líquidos	- 580 137	- 2 028 294	71,4
Cash-flow	65 526 457	52 888 331	23,9
Capitais próprios	27 207 266	38 769 538	- 29,8
Activo líquido	1 313 106 960	1 206 639 360	8,8

8 — Pelo peso que assume no conjunto das empresas do Grupo, convém destacar também, como se faz no quadro seguinte, o comportamento e situação económico e financeiro consolidado, no ano em análise, de Mota-Engil — SGPS, S. A. É o que se faz no quadro seguinte:

	(Em euros)		
	2003	2002	Variação (percentagem)
Volume de negócios	1 005 327 043	876 107 159	14,7
Resultados correntes	25 725 975	24 493 412	5,0
Resultados líquidos	15 382 944	19 362 252	- 20,6
Cash-flow	77 647 222	69 560 833	11,6
Capitais próprios	226 854 934	241 545 652	- 6,1
Activo líquido	1 242 843 852	1 140 450 046	9,0

9 — Analisemos agora o comportamento económico e financeiro, no exercício de 2003, do conjunto da Somota e das empresas integrantes do Grupo que ela encabeça.

9.1 — O volume consolidado de negócios da Somota, idêntico ao da MGP, foi de 1 005 319 765 euros em 2003, contra 876 096 353 euros no ano anterior, registando, assim, um acréscimo de 14,7%, crescimento que decorre directamente da evolução registada na Mota-Engil — SGPS.

9.2 — Os resultados líquidos consolidados do exercício situaram-se em 469 144 euros, comparáveis com 1 472 609 euros em 2002, registando assim, embora mantendo-se negativos, uma evolução favorável.

9.3 — Pelo seu lado, o *cash-flow* líquido de 2003 ascendeu a 65 637 450 euros, contra 53 444 016 euros no ano anterior, o que se traduz num expressivo aumento de 22,8%.

9.4 — O capital próprio consolidado da Somota totalizava, em 31 de Dezembro do exercício em exame, 18 671 205 euros, decrescendo 30,4% face ao valor do final de 2002.

Os investimentos consolidados do Grupo no ano em análise ascenderam a 59 milhões de euros, correspondendo 34 milhões de euros a imobilizações corpóreas, 21 milhões de euros a investimentos financeiros e 4 milhões de euros a imobilizações incorpóreas.

10 — As perspectivas da Somota para o exercício de 2004, decorrem directamente das da sua única subsidiária MGP, que por sua vez, se reconduzem essencialmente às de Mota-Engil — SGPS, S. A. e do amplo Grupo de empresas subsidiárias e associadas que a mesma lidera ou em que tem participações significativas, — sem prejuízo, naturalmente, das perspectivas das demais sociedades directamente participadas pela própria MGP.

Mantém-se um elevado grau de incerteza sobre a evolução política económica internacional razão pela qual as previsões para o ano de 2004 deverão ser prudentes. No entanto, quer a Mota-Engil, SGPS, S. A., quer a Sunviauto (a segunda maior participação da MGP), nos seus relatórios de gestão relativos a 2003, apontam para crescimentos de volume de negócios e de resultados, quando falam dos seus objectivos para 2004, pelo que, a verificar-se, essa evolução traduzir-se-á favoravelmente nas contas da Somota.

Porto, 21 de Abril de 2004. — O Conselho de Administração: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, presidente — José Luís Sapateiro, vice-presidente — Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, vogal — Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota, vogal — Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota, vogal.

Balancos consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO

		(Em euros)			
		2003			2002
Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Imobilizações incorpóreas:					
	Despesas de instalação	2 11 441 431	(10 912 244)	529 187	846 049
	Despesas de investigação e desenvolvimento	2 2 970 688	(1 436 621)	1 534 067	561 565
	Propriedade industrial e outros direitos	2 831 303	(387 074)	444 234	467 366
	Trespases	2 196 564	(187 835)	8 729	46 041 656
	Imobilizações em curso	2 369 128		369 128	1 445 699
	Diferenças de consolidação	2 89 672 924	(17 182 304)	72 490 620	26 231 823
		105 452 043	(30 106 078)	75 375 965	75 594 158
Imobilizações corpóreas:					
	Terrenos e recursos naturais	3 38 838 537	(31 399)	38 807 138	33 530 834
	Edifícios e outras construções	3 111 483 031	(31 313 836)	80 169 195	78 719 109
	Equipamento básico	3 322 980 105	(20 510 003)	102 470 102	107 166 397
	Equipamento de transporte	3 134 596 479	(97 016 602)	37 579 877	51 439 144
	Ferramentas e utensílios	3 8 717 949	(6 706 140)	2 011 809	2 675 164
	Equipamento administrativo	3 29 301 427	(21 603 700)	7 697 727	9 577 064
	Taras e vasilhames	3 3 375 096	(2 593 119)	781 977	1 273 388
	Outras imobilizações corpóreas	3 2 522 945	(1 017 731)	1 505 214	464 365
	Imobilizações em curso	3 34 169 943	—	34 159 943	20 964 117
	Adiantam. por conta de imobiliz. corpóreas	3 3 920 082	—	3 920 082	12 101 195
		689 895 594	(380 792 530)	309 103 064	317 910 777
Investimentos financeiros:					
	Partes de capital em empresas do grupo	4 14 568 657	(6 248)	14 563 409	16 632 031
	Empréstimos a empresas do grupo	4 4 835 198	—	4 835 198	4 290 107
	Partes de capital em empresas associadas	4 9 904 428	—	9 904 428	10 853 745
	Empréstimos a empresas associadas	4 6 507 299	—	6 507 299	4 857 943
	Partes de capital em empresas participadas	4 5 087 638	—	5 087 638	4 469 803
	Empréstimos a empresas participadas	4 1 934 502	—	1 934 502	2 273 652
	Títulos e outras aplicações financeiras	4 53 288 571	(1 902 542)	51 386 029	30 359 342
	Imobilizações em curso	4 426 854	—	426 854	276 089
	Adiantam. por conta de investim. financeiros	4 1 181 746	—	1 181 746	725 234
		97 734 893	(1 907 790)	95 827 104	74 737 946
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:					
	Clientes, conta corrente	5 10 940 871	(182 787)	10 758 084	11 339 166
	Clientes, títulos a receber	5 12 214 261	—	12 214 261	13 822 798
	Empresas participadas e participantes	5 27 233 740	—	27 233 740	26 999 074
	Outros devedores	5 1 669 606	(185 243)	1 504 363	560 930
		52 078 478	(68 030)	51 710 448	52 721 968

(Em euros)					
	Notas	2003			2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Circulante:					
Existências:					
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	6 e 20	29 221 586	(194 000)	29 027 586	27 453 352
Produtos e trabalhos em curso	6 e 20	14 889 284	—	14 889 284	31 298 794
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	6 e 20	—	—	—	226 208
Produtos acabados	6 e 20	19 335 455	(55 789)	19 279 666	7 887 875
Mercadorias	6 e 20	34 896 411	(95 304)	34 801 107	30 471 465
Adiantamentos por conta de compras	6 e 20	3 841 142	—	3 841 142	2 552 598
		<u>102 183 878</u>	<u>(345 093)</u>	<u>101 838 785</u>	<u>99 890 292</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
Clientes, conta corrente	7	361 229 990	(3 893 305)	357 336 685	293 187 987
Clientes, títulos a receber	7	21 134 991	—	21 134 991	24 742 451
Clientes de cobrança duvidosa	7	10 407 191	(8 001 853)	2 405 338	280 868
Empresas do grupo	7	15 976 999	—	15 976 999	—
Empresas associadas	7	4 913 479	(594 253)	4 319 226	4 336 615
Empresas participadas e participantes	7	—	—	—	27 866 764
Adiantamentos a fornecedores	7	6 195 879	—	6 195 879	5 625 864
Estado e outros entes públicos	7	8 078 640	—	8 078 640	7 422 586
Outros devedores	7	62 450 205	(2 007 068)	60 443 137	40 792 970
		<u>490 387 374</u>	<u>(14 496 479)</u>	<u>475 890 895</u>	<u>404 256 105</u>
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis	8	6 655 922	(1 181 438)	5 474 484	3 389 718
Outras aplicações de tesouraria	8	518 619	(2 250)	516 369	13 932
		<u>7 174 541</u>	<u>(1 183 688)</u>	<u>5 990 853</u>	<u>3 403 650</u>
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	9	28 271 299	—	28 271 299	22 564 257
Caixa	9	1 777 341	—	1 777 341	1 378 320
		<u>30 048 640</u>	—	<u>30 048 640</u>	<u>23 942 577</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	10	118 353 354	—	118 353 354	104 953 769
Custos diferidos	10	25 053 649	—	25 053 649	25 208 423
Activos por impostos diferidos	26	23 918 969	—	23 918 969	24 037 755
		<u>167 325 972</u>	—	<u>167 325 972</u>	<u>154 199 947</u>
<i>Total de amortizações</i>			<u>(410 898 608)</u>		
<i>Total de provisões</i>			<u>(18 301 080)</u>		
<i>Total do activo</i>		<u>1 742 311 413</u>	<u>(429 199 688)</u>	<u>1 313 111 725</u>	<u>1 206 657 422</u>

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO

	Notas	2003	2002
Capital próprio:			
Capital	11	5 000 000	5 000 000
Prémios de emissão de acções (quotas)	11	15 949 512	15 949 512
Diferenças de consolidação	11	12 417 797	12 417 797
Ajustamento de capitais	11	26 687 046	24 487 283
Reservas legais	11	5 603 688	4 606 299
Reservas livres	11	12 381 246	19 172 993
Resultados transitados	11	(58 898 939)	(53 333 431)
Resultado consolidado líquido do exercício	11	(469 144)	(1 472 609)
<i>Total do capital próprio</i>		<u>18 671 206</u>	<u>26 827 844</u>
Interesses minoritários	12	43 439 319	46 884 952

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos	13	17 249 465	14 973 250
Dívidas a terceiros — médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações não convertíveis	14	71 250 000	52 425 000
Dívidas a instituições de crédito	14	296 168 597	284 074 263
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	14	—	56 999
Empresas associadas	14	1 637 842	—
Outros accionistas	14	28 595 034	34 454 885
Adiantamentos por conta de vendas	14	11 678 785	16 372 549
Outros empréstimos obtidos	14	65 019 273	32 532 976
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	14	33 827 863	31 581 430
Estado e outros entes públicos	14	—	1 784 645
Outros credores	14	1 825 878	5 842 027
		<u>510 003 272</u>	<u>459 124 774</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Empréstimos por obrigações não convertíveis	15	33 675 000	67 337 716
Dívidas a instituições de crédito	15	225 291 811	220 213 581
Adiantamentos por conta de vendas	15	27 697 663	26 996 674
Fornecedores, conta corrente	15	225 697 542	156 098 173
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	15	870 111	1 636 784
Fornecedores, títulos a pagar	15	14 627 058	11 030 302
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	15	699	—
Empresas do grupo	15	—	—
Empresas associadas	15	1 064 040	1 765 102
Outros accionistas	15	686 449	260 722
Adiantamentos de clientes	15	8 462 046	5 869 228
Outros empréstimos obtidos	15	17 634	23 723 905
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	19 657 497	25 237 257
Estado e outros entes públicos	15	22 777 740	20 176 498
Outros credores	15	13 162 800	17 079 954
		<u>593 688 091</u>	<u>577 425 896</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	16	31 992 740	33 575 788
Proveitos diferidos	16	89 427 977	35 804 555
Passivos por impostos diferidos	26	8 639 655	12 040 362
		<u>130 060 372</u>	<u>81 420 705</u>

Porto, 21 de Abril de 2004. — O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	20	4 549 040	4 263 716
Matérias	20	197 020 006	159 721 213
		<u>201 569 046</u>	<u>163 984 929</u>
Fornecimentos e serviços externos	21	535 443 075	471 161 285
Custos com o pessoal:			
Remunerações	22	147 092 904	138 530 910
Encargos sociais:			
Pensões	22	685 331	671 920
Outros	22	39 978 005	38 003 911
		<u>924 768 361</u>	<u>812 352 955</u>

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2 e 3	58 934 235	48 925 408
Provisões	22	2 583 207	2 383 516
		986 285 803	863 661 879
Impostos		5 221 306	3 240 535
Outros custos e perdas operacionais		2 557 653	3 959 089
		994 064 762	870 861 503
Custos e perdas financeiros (A)	24	67 394 140	56 623 597
		1 061 458 902	927 485 100
Custos e perdas extraordinários (C)	25	11 295 325	8 318 037
		1 072 754 227	935 803 137
Impostos sobre o rendimento do exercício (E)	26	10 805 677	5 283 630
		1 083 559 904	941 086 767
Interesses minoritários (G)	27	5 543 830	7 142 507
Resultado consolidado líquido do exercício	27	(469 144)	(1 472 609)

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2003	2002
Vendas:			
Mercadorias	18	11 682 920	11 748 215
Produtos	18	140 217 938	382 116 004
		151 900 858	393 864 219
Prestação de serviços	18	853 418 907	482 232 134
		1 005 319 765	876 096 353
Variação da produção		(5 964 785)	8 271 673)
Trabalhos para a própria empresa	19	11 104 419	14 885 970
Proveitos suplementares		21 031 135	5 106 744
Subsídios à exploração		843 182	748 521
Outros proveitos e ganhos operacionais		18 599 707	11 616 045
		1 050 933 423	916 725 306
Proveitos e ganhos financeiros (B)	24	21 114 749	18 009 107
		1 072 048 172	934 734 413
Proveitos e ganhos extraordinários (D)	25	16 586 417	12 022 252
		1 088 634 590	946 756 666
Resumo:			
Resultado operacional (B)–(A) =		56 888 661	45 863 803
Resultado financeiro (D–B)–(C–A) =		(46 279 391)	(38 614 490)
Resultado corrente (D)–(C) =		(10 589 270)	(7 249 313)
Resultados antes de impostos (F)–(E) =		15 880 363	10 953 529
Resultado consolidado líquido do exercício antes de i. m. (F)–(G) =		5 074 686	5 669 899
Resultado consolidado líquido do exercício		(469 144)	(1 472 609)

O Conselho de Administração: António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, presidente — José Luís Sapateiro, vice-presidente — Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, vogal — Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota, vogal — Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, Gracindo Augusto Noro.

**Demonstração dos resultados por funções consolidadas
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

(Em euros)

	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	1 005 339 218	876 107 159
Custo das vendas e das prestações de serviços	(922 831 252)	(797 274 775)
Resultados brutos	82 507 966	78 832 384

	(Em euros)	
	2003	2002
Outros proveitos e ganhos operacionais	61 892 163	52 216 118
Custos de distribuição	(6 463 129)	(8 598 358)
Custos administrativos	(55 082 382)	(53 616 758)
Outros custos e perdas operacionais	(18 278 346)	(21 177 318)
Resultados operacionais	<u>64 576 272</u>	<u>47 656 069</u>
Custo líquido de financiamento	(47 326 337)	(33 819 476)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	370 231	(2 892 003)
Ganhos (perdas) em outros investimentos	(1 739 803)	7 830
Resultados correntes	<u>15 880 363</u>	<u>10 952 420</u>
Impostos sobre os resultados correntes	(10 805 677)	(5 282 522)
Resultados correntes após impostos	<u>5 074 686</u>	<u>5 669 898</u>
Resultados extraordinários	—	—
Impostos sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultados líquidos	<u>5 074 686</u>	<u>5 669 898</u>
Interesses minoritários	(5 543 830)	(7 142 507)
Resultados consolidado líquido do exercício	<u>(469 144)</u>	<u>(1 472 609)</u>

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Demonstração dos fluxos caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

	(Em euros)	
	2003	2002
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	1 041 265 851	967 300 064
Pagamentos a fornecedores	(688 895 427)	(732 622 235)
Pagamentos ao pessoal	(143 721 348)	(131 779 850)
Fluxo gerado pelas operações	<u>208 649 076</u>	<u>102 897 979</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(13 676 409)	(6 862 969)
Outros recebimentos da actividade corrente	(60 441 170)	(21 201 408)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	<u>134 531 497</u>	<u>74 833 602</u>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	617 236	3 291 871
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(1 307 492)	(1 598 348)
<i>Fluxo das actividades operacionais (1)</i>	<u>133 841 241</u>	<u>76 527 126</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2 890 208	4 022 722
Imobilizações corpóreas	4 632 772	6 633 679
Imobilizações incorpóreas	—	2 622
Subsídios de investimento	82 025	—
Juros e proveitos similares	6 196 143	3 119 839
Dividendos	10 307 182	10 530 623
Outros	—	306 753
	<u>24 108 330</u>	<u>24 616 238</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(23 149 956)	(14 203 941)
Imobilizações corpóreas	(59 583 354)	(74 097 948)
Imobilizações incorpóreas	(29 498)	(555 362)
Accionistas	(4 390 430)	—
	<u>(87 153 238)</u>	<u>(88 857 251)</u>
<i>Fluxo das actividades de investimento (2)</i>	<u>(63 044 908)</u>	<u>(64 241 014)</u>

(Em euros)

	2003	2002
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	600 784 994	246 842 907
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	—	—
Subsídios e doações	156 104	16 527
Venda de acções/quotas próprias	553	—
Outros	5 251 987	6 723 437
	<u>606 193 638</u>	<u>253 582 871</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(599 221 294)	(186 416 349)
Amortização de contratos de locação financeira	(19 237 373)	(18 833 532)
Juros e custos similares	(36 984 537)	(41 951 650)
Dividendos	(13 519 562)	(13 692 525)
Reduções de capital e prestações suplementares	—	—
Aquisição de acções/quotas próprias	(380)	(33 956)
Outros	—	(9 089 408)
	<u>(668 963 146)</u>	<u>(270 017 420)</u>
<i>Fluxo das actividades de financiamento (3)</i>	<u>(62 769 508)</u>	<u>(16 434 549)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes = (4) = (1) + (2) + (3)	8 026 826	(4 148 437)
Variações decorrentes de alterações de perímetro	666 440	(5 184 568)
Caixa e seus equivalentes no início do período	27 346 228	36 679 232
Caixa e seus equivalentes no fim do período	36 039 493	27 346 227

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2003

Indicações obrigatórias constantes do Plano Oficial de Contabilidade:

1 — As informações relativas às empresas incluídas na consolidação pelo método integral são apresentadas na nota n.º 4.

2 — Os motivos da exclusão de empresas do grupo da consolidação pelo método integral são apresentados na nota n.º 4.

3 — As informações relativas a empresas associadas são apresentadas na nota n.º 4.

4 — Os motivos da exclusão de empresas associadas da consolidação pelo método de equivalência patrimonial são apresentados na nota n.º 4.

5 — As informações relativas a empresas consolidadas pelo método proporcional são apresentadas na nota n.º 4.

6 — As informações relativas a empresas participadas em mais de 10% cuja informação não foi apresentada nas notas anteriores são referidas na nota n.º 4.

7 — O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício de 2003, das empresas incluídas na consolidação pelos métodos integral e proporcional, bem como a sua repartição por categorias encontra-se referido na nota n.º 22.

8 — Não existem casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

9 — Não existe qualquer afastamento da aplicação das normas de consolidação efectuado para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas incluídas na consolidação.

10 — A discriminação das diferenças de consolidação, indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações signi-

ficativas ocorridas no período em análise, são apresentadas nas notas n.ºs 2, 11 e 16.

11 — Não existem alterações materialmente relevantes de métodos e procedimentos de consolidação que afectem a comparabilidade dos valores do exercício de 2003 com os do exercício de 2002.

12 — Não existem situações, materialmente relevantes, que impliquem a eliminação de resultados decorrentes de operações efectuadas entre empresas do grupo ou associadas.

13 — As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas com referência à mesma data das demonstrações financeiras da empresa-mãe.

14 — Não existem alterações significativas na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação durante o exercício de 2003.

15 — Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas do grupo foram consistentes entre si e são os descritos na nota n.º 1.

16 — Não existem ajustamentos excepcionais de valor dos activos, feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação.

17 — A justificação da amortização do valor de diferenças de consolidação para além do período de cinco anos é apresentada na nota n.º 2.

18 — Os critérios de contabilização das participações em empresas associadas são referidos na nota n.º 4.

19 — Não se aplicou o método da equivalência patrimonial pela primeira vez a nenhuma participação no exercício de 2003.

20 — Não existem elementos do activo ou do passivo de empresas associadas que tenham sido valorizados segundo critérios diferentes dos utilizados na consolidação.

21 — Não existem compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado.

22 — A descrição das responsabilidades por garantias prestadas, desdobradas por natureza é apresentada na nota n.º 17.

23 — As bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados são apresentados na nota n.º 1.

24 — O método de conversão utilizado para conversão em euros dos elementos incluídos demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira é apresentado na nota n.º 1, c-xvi).

25 — Os valores incluídos em despesas de instalação e em despesas de investigação e desenvolvimento são analisados na nota n.º 2.

26 — Não existem trespasses amortizados para além de um período de cinco anos.

27 — Os movimentos do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões são apresentados nas notas n.ºs 2, 3 e 4.

28 — Não existem juros suportados referentes a imobilizado em construção que tenham sido capitalizados no exercício de 2003.

29 — Não existem ajustamentos do valor dos activos compreendidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais.

30 — Em 31 de Dezembro de 2003 não existem diferenças significativas, que não estejam cobertas pelas provisões constituídas pelo Grupo, entre os valores das rubricas do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pelo Grupo e o respectivo valor de mercado.

31 — Não existem elementos do activo circulante que se encontrem registados a um valor inferior ao mais baixo do custo ou do valor de mercado.

32 — Não existem provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante.

33 — As dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos são apresentadas na nota n.º 14.

34 — O montante total das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas por empresas incluídas na consolidação, com indicação de natureza e forma é apresentado na nota n.º 17.

35 — Não existem diferenças levadas ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes dívidas arrecadadas.

36 — A análise do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços é apresentada na nota n.º 18.

37 — Os elementos do activo, passivo e dos capitais próprios foram valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes, de acordo com o estipulado no Plano Oficial de Contas, e não foram efectuadas amortizações e provisões extraordinárias com vista a obter vantagens fiscais durante o exercício de 2003 ou em períodos anteriores.

38 — A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores, e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses mesmos exercícios encontra-se descrita na nota n.º 26.

39 — As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções, bem como o montante dos compromissos em matéria de pensões de reforma referentes a antigos membros destes órgãos são apresentadas nas notas n.ºs 22 e 1-c-ix).

40 — Não existem adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização da empresa-mãe, efectuados por esta última ou por uma empresa filial.

41 — Os diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas são apresentados na nota n.º 3.

42 — A análise das reavaliações é apresentada na nota n.º 3.

43 — Não existem contas do balanço e demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os de Dezembro de 2002.

44 — A análise dos resultados financeiros consolidados é apresentada na nota n.º 24.

45 — A análise dos resultados extraordinários consolidados é apresentada na nota n.º 25.

46 — O movimento ocorrido nas provisões é apresentado nas notas explicativas n.ºs 4 a 8 e 13.

47 — A indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira é apresentada na nota n.º 14.

48 — Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades financeiras por letras descontadas assumidas pela participada Mota-Engil Engenharia, e não cobertas por seguro de crédito, ascendiam a 491 815 euros. O montante de contas a receber cedidas em *factoring* ascendia a 19 506 266 euros. Nesta mesma data, a rubrica de dívidas de terceiros — médio e longo prazo, e clientes, títulos a receber, incluem, essencialmente, letras aceites pelas empresas participadas sediadas em Angola (Paviterra e ICER), nos montantes de 8 955 083 euros e 715 031 euros, respectivamente.

49 — Não existem outras informações exigidas por diplomas legais.

50 — Não existem outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação, para além das apresentadas nas notas explicativas deste anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados.

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Activo:			
Imobilizações incorpóreas	2	75 375 965	75 594 158
Imobilizações corpóreas	3	309 103 064	317 910 777
Investimentos financeiros	4	95 827 104	74 737 946
Dívidas de terceiros de médio e longo prazos	5	51 710 448	52 721 968
Existências	6	101 838 785	99 890 292
Dívidas de terceiros de curto prazo	7	475 890 895	404 256 105
Títulos negociáveis	8	5 990 853	3 403 650
Disponibilidades	9	30 048 640	23 942 577
Acréscimos e diferimentos activos	10	143 407 003	130 162 192
Activos por impostos diferidos	26	23 918 969	24 037 755
		<u>1 313 111 725</u>	<u>1 206 657 422</u>

	Notas	2003	2002
(Em euros)			
Capital próprio:			
Capital	11	5 000 000	5 000 000
Prémios de emissão de acções (quotas)	11	15 949 512	15 949 512
Diferenças de consolidação	11	12 417 797	12 417 797
Ajustamentos de capitais	11	26 687 046	24 487 283
Reservas legais	11	5 603 688	4 606 299
Reservas livres	11	12 381 246	19 172 993
Reservas e resultados transitados	11	(58 898 939)	(53 333 431)
Resultado consolidado líquido do exercício	11	(469 144)	(1 472 609)
<i>Total do capital próprio</i>		<u>18 671 206</u>	<u>26 827 844</u>
Interesses minoritários	12	43 439 319	46 884 952
Passivo:			
Provisões para outros riscos e encargos	13	17 249 465	14 973 250
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	14	510 003 272	459 124 774
Dívidas a terceiros de curto prazo	15	593 688 091	577 425 896
Acréscimos e diferimentos passivos	16	121 420 717	69 380 343
Passivos por impostos diferidos	26	8 639 655	12 040 362
<i>Total do passivo</i>		<u>1 251 001 200</u>	<u>1 132 944 625</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>		<u>1 313 111 725</u>	<u>1 206 657 422</u>

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

	Notas	2003	2002
(Em euros)			
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	18	1 005 319 765	876 096 353
Variação da produção		(5 964 785)	8 271 673
Trabalhos para a própria empresa	19	11 104 419	14 885 970
Subsídios à exploração		843 182	748 521
Outros proveitos e ganhos operacionais		39 630 842	16 722 789
		<u>1 050 933 423</u>	<u>916 725 306</u>
Custos operacionais:			
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	20	201 569 046	163 984 929
Fornecimentos e serviços externos	21	535 443 075	471 161 285
Custos com pessoal	22	187 756 240	177 206 741
Amortizações	2 e 3	58 934 235	48 925 408
Provisões	23	2 583 207	2 383 516
Outros custos operacionais		7 778 959	7 199 624
Resultado operacional		56 868 661	45 863 803
Resultado financeiro	24	(46 279 391)	(38 614 490)
Resultado extraordinário	25	5 291 092	3 704 215
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	10 805 677	5 283 630
Resultado consolidado líquido antes de interesses minoritários		5 074 685	5 669 898
Interesses minoritários	27	5 543 830	7 142 507
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(469 144)</u>	<u>(1 472 609)</u>

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2003

Nota introdutória:

A Somota — SGPS, S. A. (Somota), é uma sociedade anónima, com sede na Casa da Calçada, em Cepelos, Amarante, constituída em

24 de Abril de 1996, na sequência da aprovação do projecto de cisão de Mota & Companhia, S. A., mediante destaque da participação de 70% do capital (4 200 000 acções) da Mota Gestão e Participações — SGPS, S. A., e tem como objecto da sua actividade, a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em euro, salvo se expressamente referido em contrário.

I — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação.* — As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003 anexas foram preparadas, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo (nota n.º 4), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Contudo, à data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a maioria das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação estão pendentes de aprovação pelos respectivos órgãos sociais.

O conselho de administração entende que essas demonstrações financeiras serão aprovadas sem alterações significativas.

b) *Princípios de consolidação.* — A consolidação das empresas referidas na nota n.º 4, efectuou-se pelos métodos de integração global e proporcional, conforme aplicável. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação terceiros nas empresas consolidadas pelo método de integração global, é apresentado no balanço consolidado anexo, na rubrica de interesses minoritários (nota n.º 12).

As diferenças de consolidação, decorrentes da diferença entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da respectiva proporção do capital próprio que elas representam, foram registadas no balanço consolidado no capital próprio ou *i)* se positivo, nas imobilizações incorpóreas, *ii)* ou se negativo, na rubrica de proveitos diferidos (notas n.ºs 2, 11 e 16).

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (nota n.º 4) encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, com excepção dos referidos nessa nota, os quais foram valorizados ao mais baixo do custo de aquisição, ou do valor estimado de realização.

c) *Principais critérios valorimétricos.* — Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

i) Imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por despesas com aumentos de capital, investigação e trespasses, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período entre três e seis anos. As diferenças de consolidação são amortizadas durante um período entre cinco e vinte anos, com excepção da Lusoponte que está a ser amortizada pelo período de concessão (27 anos), e são registadas em rubricas de custos e perdas financeiras (notas n.ºs 2 e 24).

ii) Imobilizações corpóreas:

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais aplicáveis (nota n.º 3). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, excepto quanto às taxas de amortização aplicadas ao equipamento básico da Mota-Engil Engenharia, as quais estão indexadas à taxa de ocupação verificada no exercício, mas mantendo-se dentro dos limites legais.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6
Equipamento administrativo	4 a 10
Taras e vasilhame	3 a 6
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

As despesas incorridas pelo Grupo com grandes reparações de imobilizado são amortizadas num período que varia entre dois anos e cinco anos. As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

iii) Locação financeira:

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades encontram-se reflectidos no balanço consolidado, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis estimadas referidas na alínea anterior. A parcela de capital incluída nas rendas pagas relativas aos contratos de locação financeira é registada como redução daquelas responsabilidades, sendo os juros incluídos nessas rendas registados como custo financeiro do exercício a que respeitam.

As mais-valias obtidas numa operação de re-locação financeira de dois imóveis mantidos pela Mota-Engil Engenharia, foram registadas em proveitos diferidos e amortizadas ao longo do período dos contratos (nota n.º 16), as quais expiraram em 2003.

iv) Investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação dos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos (nota n.º 4).

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado, e, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal.

As mais e menos-valias apuradas na alienação de participações financeiras encontram-se contabilizadas em resultados financeiros.

v) Existências:

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

vi) Provisões para créditos de cobrança duvidosa:

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas com base na avaliação global das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

vii) Outras aplicações de tesouraria:

As outras aplicações de tesouraria encontram-se registadas ao mais baixo do custo de aquisição, ou valor de mercado.

viii) Especialização de exercícios:

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (notas n.ºs 10 e 16).

ix) Pensões e complemento de pensões:

A empresa Mota-Engil Engenharia assumiu em exercícios anteriores o compromisso de conceder a alguns dos seus ex-empregados prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma. Em 31 de Dezembro de 2003 esta participada tem constituído um acréscimo de custo de aproximadamente, 4 000 000 de euros, que visa dar cobertura às responsabilidades àquela data (nota n.º 16).

x) Reconhecimento de custos e proveitos em obras:

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método de percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma destes custos com os custos estima-

dos para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados, são contabilizadas nas rubricas de acréscimos de proveitos (nota n.º 10) ou proveitos diferidos (nota n.º 16).

Relativamente aos contratos de prestação de serviços das sucursais no estrangeiro, os proveitos são registados com base nos autos de medição dos trabalhos realizados, sendo as diferenças positivas ou negativas face à facturação efectuada, calculadas contrato a contrato e, apresentadas nas rubricas do balanço de acréscimos de proveitos (nota n.º 10) ou proveitos diferidos (nota n.º 16).

xi) Obras de construção civil e obras públicas de curta duração:

Nestes contratos de prestação de serviços o Grupo reconhece os proveitos e custos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

xii) Reconhecimento de custos e proveitos na actividade imobiliária:

As vendas da actividade imobiliária e os correspondentes custos das fracções vendidas são registados no momento em que existe expectativa, pelas condições contratuais, de que os clientes irão consumir a aquisição, isto é, quando o preço da venda está na sua quase totalidade pago, ou em que existe acordo de compra com entidades públicas relativo a planos de realojamento. A margem das vendas é ponderada pela percentagem de acabamento do imóvel, determinada pela relação entre os custos incorridos e os custos totais estimados.

	Angola	Moçambique	Polónia	Hungria	República Checa	Benim	Chade
Activos imobilizados	31 075 431	37 576	849 114	—	49 367	63 494	189 847
Activos circulantes	35 890 098	2 237 666	10 084 900	4 409 690	198 872	3 883 551	3 428 288
Acrésc. e diferim. activos	20 812 387	432 925	113 888	529 460	—	5 282 793	9 702 832
Passivos	52 082 727	3 843 639	11 658 694	5 603 478	393 725	11 177 624	14 765 468

xvi) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando-se as cotações oficiais vigentes em 31 de Dezembro de 2003. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

As diferenças de câmbio favoráveis nas dívidas de médio e longo prazo foram registadas como proveito diferido (nota n.º 16).

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras das empresas participadas registadas pelo método de equivalência patrimonial são registadas directamente em capitais próprios.

As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira, que não quantas angolanas, foram convertidas para euros, através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Histórica: para as rubricas do capital próprio, com excepção do resultado do ano;

Vigente no final do ano: para a totalidade dos activos e passivos, e para a demonstração dos resultados do ano.

As demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em quantas angolanas foram convertidas para euros, através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Histórica: para as rubricas de imobilizado e do capital próprio, com excepção do resultado do ano;

Vigente no final do ano: para a totalidade dos activos e passivos monetários;

Média: para a demonstração dos resultados do ano.

As diferenças de câmbio originadas nesta conversão, foram incluídas no capital próprio na rubrica de ajustamentos de conversão cambial.

xiii) Trabalhos para a própria empresa:

Os trabalhos para a própria empresa correspondem basicamente a obras de construção e beneficiação, executadas pelas próprias empresas, bem como grandes reparações de equipamentos e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

xiv) Resultados em agrupamentos complementares de empresas:

Os resultados nos agrupamentos complementares de empresas (ACE) são reconhecidos ou na proporção em que se participa nesses agrupamentos, ou através de facturação de custos e proveitos com os ACE.

xv) Sucursais no estrangeiro:

Em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações financeiras das sucursais no estrangeiro, para além da sucursal de Moçambique da Mota-Engil Engenharia, foram integradas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido eliminadas as transacções com elas efectuadas. As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros dessas demonstrações financeiras foram incluídas no capital próprio. A sucursal de Moçambique da Mota-Engil Engenharia foi integrada ao nível das rubricas de custos e proveitos nas demonstrações financeiras desta empresa, sendo que ao nível das rubricas de balanço, o seu efeito encontra-se concentrado na rubrica de outros devedores.

Seguidamente, apresenta-se um resumo da informação relativa às sucursais no estrangeiro:

xvii) Impostos diferidos:

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação, tendo sido aplicada a Directriz Contabilística n.º 28 (nota n.º 26).

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura. (nota n.º 26).

xviii) Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring:

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de balanço, estão evidenciadas pelo seu valor nominal, como dedução às correspondentes rubricas do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério especialização do exercício (nota n.º 48 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados).

2 — Imobilizações incorpóreas:

Durante o exercício de 2003, o movimento ocorrido no valor de custo ou reavaliado das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transfe-rências	Saldo final
Valor bruto:					
Despesas de instalação	11 661 409	45 387	(266 713)	1 348	11 441 431
Despesas de investigação e desenvolvimento	2 196 116	423 293	—	351 279	2 970 688
Propriedade industrial e outros direitos	746 775	11 937	(5 451)	78 047	831 308

	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transfe- rências	Saldo final
Trespases	54 356 004	4 436	—	(54 163 876)	196 564
Imobilizações em curso	1 445 699	38 220	—	(1 114 791)	369 128
Diferenças de consolidação	31 076 169	6 399 700	(217 132)	52 414 187	89 672 924
	<u>101 482 172</u>	<u>6 922 973</u>	<u>(489 296)</u>	<u>(2 433 806)</u>	<u>105 482 043</u>
Amortizações acumuladas:					
Despesas de instalação	(10 815 360)	(525 707)	263 271	165 552	(10 912 244)
Despesas de investigação e desenvolvimento	(1 634 551)	(323 847)	—	521 777	(1 436 621)
Propriedade industrial e outros direitos	(279 409)	(42 059)	2 011	(67 617)	(387 074)
Trespases	(8 314 348)	(4 436)	—	8 130 949	(187 835)
Diferenças de consolidação	(4 844 346)	(2 070 625)	217 132	(10 484 465)	(17 182 304)
	<u>(25 888 014)</u>	<u>(2 966 674)</u>	<u>482 414</u>	<u>(1 733 804)</u>	<u>(30 106 078)</u>
	75 594 158	3 956 299	(6 882)	(4 167 610)	75 375 965

Os valores inscritos na coluna de transferências do valor bruto do imobilizado, incluem os movimentos decorrentes da alteração no perímetro da consolidação e o efeito da variação cambial, nos montantes positivo de 98 249 euros e negativo de 25 596 euros, respectivamente. Os valores correspondentes no mapa de movimentos das amortizações acumuladas ascendem a 68 483 euros positivos e 15 151 negativos.

Incluído ainda na coluna de transferências encontra-se o montante bruto de imobilizado de 774 738 euros e a amortização acumulada de 536 270 euros, os quais foram transferidos para a conta de equipamento administrativo do imobilizado corpóreo.

O Grupo tem vindo a registar nas rubricas de despesas de instalação, despesas de investigação e desenvolvimento e propriedade industrial e outros direitos as seguintes naturezas de custo que, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, apresentavam os seguintes saldos:

	2003	2002
Despesas de instalação:		
Despesas incorridas com aumentos de capital e organização	11 441 431	11 661 409
Amortizações acumuladas	(10 912 244)	(10 815 360)
	<u>529 187</u>	<u>846 049</u>
Despesas de investigação e desenvolvimento:		
Estudos e projectos	2 970 688	2 196 116
Amortizações acumuladas	(1 436 621)	(1 634 551)
	<u>1 534 067</u>	<u>561 565</u>
Propriedade industrial e outros direitos:		
Direitos e licenciamentos	831 308	746 775
Amortizações acumuladas	(387 074)	(279 409)
	<u>444 234</u>	<u>467 366</u>

Os saldos apresentados na rubrica de diferenças de consolidação, correspondem às diferenças positivas entre o custo de aquisição das partes de capital e a proporção dos respectivos capitais próprios à data de compra, sendo amortizadas no período estimado de recuperação dos investimentos actualmente compreendido entre cinco anos e 20 anos (27 anos no caso da diferença gerada na Lusoponte e que corresponde ao período da concessão). Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Algosi	16 450 596	(3 290 119)	13 160 477
Cerâmica do Boialvo	609 711	(426 799)	182 912
Armando Duarte	272 977	(54 595)	218 382
Aurimove	83 242	(33 297)	49 945
Correia & Correia	175 622	(21 953)	153 669
Geogranitos	3 030 068	(606 014)	2 424 054
Icil-Icafal	801 137	(219 137)	582 000
KPRD	4 245 398	(941 741)	3 303 657
Lusoponte	2 813 997	(208 444)	2 605 553
Manvia	497 747	(74 662)	423 085
Maprel	526 637	(210 655)	315 982
Maprel Nelas	526 700	(210 680)	316 020
Martifer	1 160 816	(290 204)	870 612
Metalruda	2 344 994	(468 999)	1 875 995
Mota-Engil	19 513 040	(3 904 235)	15 608 805
Mota-Viso	19 900	(7 960)	11 940
Ornamag	1 865 878	(346 076)	1 519 802
PBM	218 044	(32 707)	185 337
Sois e Solsuni	6 821 760	(1 459 369)	5 362 391

	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Sonauta	898 979	(134 847)	764 132
STL	2 563 693	(128 185)	2 435 508
Suma	3 404 209	(521 471)	2 882 738
Timoz	541 221	(108 244)	432 977
UTIL	3 836 007	(191 800)	3 644 207
Vallis	16 450 551	(3 290 111)	13 160 440
	<u>89 672 924</u>	<u>(17 182 304)</u>	<u>72 490 620</u>

O aumento na rubrica de diferenças de consolidação, resulta de diferenças positivas geradas no exercício de 2003 entre o custo de aquisição de partes de capital e a proporção dos respectivos capitais próprios à data de compra dessas partes de capital, como se segue:

STIL	2 563 693
UTIL	3 836 007
	<u>6 399 700</u>

3 — Imobilizações corpóreas:

Durante o exercício de 2003, o movimento ocorrido no valor de custo ou reavaliado das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo final
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	33 565 671	3 177 435	—	2 095 431	38 838 537
Edifícios e outras construções	107 206 742	8 360 259	(3 035 105)	(1 048 865)	111 483 031
Equipamento básico	301 581 146	17 170 224	(7 253 993)	11 482 728	322 980 105
Equipamento de transporte	138 757 726	4 933 374	(4 632 029)	(4 462 592)	134 596 479
Ferramentas e utensílios	9 031 415	696 797	(25 824)	(984 439)	8 717 949
Equipamento administrativo	28 805 560	1 981 731	(253 430)	(1 232 434)	29 301 427
Taras e vasilhame	3 182 069	213 765	—	(20 738)	3 375 096
Outras imobilizações corpóreas	1 112 466	626 497	(74 531)	858 513	2 522 945
Imobilizações em curso	20 964 116	25 462 689	(768 636)	(11 498 226)	34 159 943
Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	12 101 195	944 957	—	(9 126 070)	3 920 082
	<u>656 308 106</u>	<u>63 567 728</u>	<u>(16 043 548)</u>	<u>(13 936 692)</u>	<u>689 895 594</u>
Amortizações acumuladas:					
Terrenos e recursos naturais	(34 837)	—	—	3 438	(31 399)
Edifícios e outras construções	(28 487 633)	(5 049 379)	195 616	2 027 560	(31 313 836)
Equipamento básico	(194 414 749)	(28 964 619)	8 593 783	(5 724 418)	(220 510 003)
Equipamento de transporte	(87 318 581)	(19 355 135)	2 522 580	7 134 554	(97 016 002)
Ferramentas e utensílios	(6 356 251)	(1 001 878)	1 302	650 687	(6 706 140)
Equipamento administrativo	(19 228 495)	(3 216 200)	21 121	819 874	(21 603 700)
Taras e vasilhame	(1 908 681)	(704 380)	—	19 942	(2 593 119)
Outras imobilizações corpóreas	(648 101)	(660 800)	1 228	289 942	(1 017 731)
	<u>(338 397 326)</u>	<u>(58 952 391)</u>	<u>11 335 610</u>	<u>5 221 579</u>	<u>(380 792 530)</u>
	<u>317 910 778</u>	<u>4 615 337</u>	<u>(4 707 938)</u>	<u>(8 715 113)</u>	<u>309 103 064</u>

Os valores inscritos na coluna de transferências e abates do valor bruto do imobilizado, incluem os movimentos decorrentes da alteração no perímetro da consolidação e o efeito da variação cambial nos montantes positivo de 30 376 946 euros e negativo de 19 754 677 euros, respectivamente. Os valores correspondentes no mapa de movimentos das amortizações acumuladas ascendem a 20 077 624 euros positivos e 12 707 379 euros negativos, respectivamente.

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho, Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio, Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril, Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro e Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas reavaliadas correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2003, líquidos de amortizações, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliação	Valores contabil. reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	29 943 517	8 863 621	38 807 138
Edifícios e outras construções	78 231 511	1 937 684	80 169 195
Equipamento básico	98 332 990	4 137 112	102 470 102

	Custos históricos	Reavaliação	Valores contabil. reavaliados
Equipamento de transporte	34 626 258	2 953 619	37 579 877
Ferramentas e utensílios	2 011 809	—	2 011 809
Equipamento administrativo	7 201 932	495 795	7 697 727
Taras e vasilhame	781 977	—	781 977
Outras imobilizações corpóreas	1 470 779	34 435	1 505 214
	<u>252 600 773</u>	<u>18 422 266</u>	<u>271 023 039</u>

Uma parte (40%) do incremento decorrente das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 encontravam-se no estrangeiro, nomeadamente em sucursais, as seguintes imobilizações corpóreas propriedade da Mota-Engil Engenharia:

	2003	2002
Angola	33 916 697	33 148 344
Benim	1 555 481	2 619 808
Bulgária	1 190	2 111
Chade	8 116 787	8 036 463
Gana	69 973	201 837
Malawi	603 997	1 423 541
Moçambique	171 392	538 385
Polónia	3 322 066	4 136 871
República Checa	512	10 170
	<u>47 777 095</u>	<u>50 117 530</u>

4 — Investimentos financeiros:

Durante o exercício de 2003, o movimento ocorrido no valor de custo ou reavaliado dos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações e provisões acumuladas foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. e abates	Saldo final
Valor bruto:					
Partes de capital em empresas do grupo	16 637 279	130 100	—	(2 198 722)	14 568 657
Empréstimos a empresas do grupo	4 290 107	—	(2 731)	547 822	4 835 198
Partes de capital em empresas associadas	10 853 745	1 460 166	(2 396 730)	(12 753)	9 904 428
Empréstimos a empresas associadas	4 857 943	2 595 007	(206 250)	(739 401)	6 507 299
Partes de capital em empresas participadas	4 469 803	56 052	—	561 783	5 087 638
Empréstimos a empresas participadas	2 273 652	—	(333 150)	—	1 934 502
Títulos e outras aplicações financeiras	31 918 216	19 747 730	(124 882)	1 747 507	53 288 571
Imobilizações em curso	276 089	150 765	—	—	426 854
Adiant. por conta de investimentos	725 234	—	(49 880)	506 392	1 181 743
	<u>76 302 068</u>	<u>24 139 820</u>	<u>(3 119 623)</u>	<u>412 628</u>	<u>97 734 893</u>
Amortizações e provisões acumuladas:					
Partes de capital em empresas associadas	(5 248)	—	—	—	(5 248)
Títulos e outras aplicações financeiras	(1 558 874)	(304 764)	—	(38 904)	(1 902 542)
	<u>(1 564 122)</u>	<u>(304 764)</u>	<u>—</u>	<u>(38 904)</u>	<u>(1 907 790)</u>
	<u>74 737 946</u>	<u>23 835 056</u>	<u>(3 110 523)</u>	<u>373 724</u>	<u>95 827 103</u>

Incluído em transferências encontram-se o montante negativo de 4 293 391 euros e o montante positivo de 1 946 737 euros relativo a alterações no perímetro de consolidação, e à aplicação do método da equivalência patrimonial, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os saldos das rubricas incluídas em investimentos financeiros, compõem-se como segue:

	2003	2002
Partes de capital em empresas do Grupo:		
Cogera	837 761	338 477
Corgimobil	105 436	105 436
Covelas	1 341 917	74 167
CPTP	—	6 694 093
EM	544 115	—
EMASA	71 544	71 544
EMSA	44 577	51 731

	2003	2002
Engil JCA	329 207	329 207
Engil Tâmega ACE	199 519	199 519
HoldInorte	73 573	73 573
Metroapszolg	1 004 982	1 107 287
M-Invest	615 183	593 291
Moravian	118 381	84 988
Neklonova	235 070	—
PBM	876 416	930 370
SGA	2 411 083	2 444 642
Solmaster	—	29 738
Sois e Solsuni	2 634 565	1 450 451
Sonauta	1 696 244	1 658 187
Tratofoz	669 900	—
Turalgo	248 203	248 203
Outras	310 982	152 375
	<u>14 568 657</u>	<u>16 637 279</u>
Empréstimos a empresas do grupo:		
Cogamo (Gabão)	43 059	43 059
Cogera	1 546 274	1 546 274
Corgimobil	243 334	243 334
Covelas	1 596 153	1 596 153
EM	500 000	—
Fibreglass (Moçambique)	13 904	13 904
Matiprel	42 398	42 398
PBM	850 076	802 254
Turalgo	—	2 731
	<u>4 835 198</u>	<u>4 290 107</u>
Partes de capital em empresas associadas:		
Ambital	100 033	97 437
Asinter	119 040	111 459
Auto-Sueco Angola	1 214 747	1 347 845
Caves da Cerca	966 296	933 239
Cecime	—	249 400
Cimertex & Ca	158 590	156 1091
Ecodetra	1 153 202	1 153 202
HE 70	—	2 072 330
Martifer Polska	936 626	—
Parque Ambiental Nortinho	—	506 392
Resilei	681 587	—
Soprocil	365 115	421 523
Sunviauto	2 117 685	1 831 799
Tratofoz	—	663 300
Vortal	1 494 135	1 094 136
Outras	397 472	215 574
	<u>9 904 428</u>	<u>10 853 745</u>
Empréstimos a empresas associadas:		
Aenor	1 646 370	1 838 550
Empresa Agrícola	860 352	860 352
Fabrifis	—	206 250
Indáqua	—	105 000
Intercon	4 000 577	1 405 570
Operadora Lusoscut BLA	—	435 323
Outras	—	6 898
	<u>6 507 299</u>	<u>4 857 943</u>
Partes de capital em empresas participadas:		
Cerâmica de Boialvo	319 343	319 343
Iberfibran	375 000	375 000
Icil-Icafal	1 357 204	1 411 401
Lusoponte	1 725 048	1 140 129
MTS	904 400	904 400
Outros	406 643	319 530
	<u>5 087 638</u>	<u>4 469 803</u>

	2003	2002
Empréstimos a empresas participadas:		
Lusoponte	1 934 502	1 934 502
MTS	—	339 150
	<u>1 934 502</u>	<u>2 273 652</u>
Títulos e outras aplicações financeiras:		
Aenor	12 310 847	3 816 970
Banco Africano Investimento	751 377	751 377
Dependências em países africanos	1 624 049	1 144 584
Investimentos em imóveis	11 843 990	11 696 048
Indáqua	1 120 000	—
Lusoponte	4 828 862	4 828 862
Lusoscut BLA	8 564 242	2 396 883
Lusoscut CP	7 262 067	3 991 696
Lusoscut GP	3237258	1 432 870
MTS	—	113 050
Outros investimentos	4 983 133	1 745 876
	<u>53 288 571</u>	<u>31 918 216</u>
Adiantamentos por conta de investimentos:		
Painhas & Painhas	—	49 880
PAN	1 181 746	675 354
	<u>1 181 746</u>	<u>725 234</u>

O acréscimo verificado na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras, corresponde basicamente às prestações acessórias concedidas à Aenor, Lusoscut BLA, Lusoscut CP e Lusoscut, GP, durante o exercício de 2003.

Empresas incluídas na consolidação pelo método integral:

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, proporção do capital detido, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras, são as seguintes:

	Sede	Percent. efectiva da particip.	Actividade	Data de constituição	Data de aquisição
Somota — SGPS, S. A.	Porto	—	SGPS	Novembro/94	—
Algosi — SGPS, S. A. (Algosi)	Porto	51,000	SGPS	—	Junho/00
Aurimove — Utilidades, Equip. e Investim. Imobiliários, L. ^{da} (Aurimove) Através da MEIT	Porto	100,000 100,000	Imobiliária	Dezembro/93	—
Calçadas do Douro — Sociedade Imobiliária, L. ^{da} (Calçadas do Douro) Através da MEIT	Porto	100,000 100,000	Imobiliária	—	Setembro/00
Cerâmica do Boialvo, L. ^{da}	Anadia	82,040	Cerâmica	—	—
Companhia Portuguesa de Trab. Portuários e Construções, S. A. (CPTP) Através da Mota-Engil Engenharia	Lisboa	90,670 90,670	Construções e trabalhos portuários	—	Julho/02
Edifício Mota-Viso — Soc. Imobiliária, L. ^{da} (Mota Viso) Através da MEIT	Porto	100,000 100,000	Imobiliária	Julho/94	—
Emocil — Empresa Moçambicana de Construção Imobiliária (Einocil) Através da Mota-Engil Engenharia	Maputo (Moçambique)	75,000 75,000	Imobiliária	Julho/94	—
Engil III — Investimentos Internacionais e Construção, S. A. (Engil III) Através da Mota-Engil Engenharia	Funchal	100,000 100,000	Gestão de participações financeiras	Agosto/97	—
Engil 4i — SGPS, S. A. (Engil 4i) Através da Mota-Engil Engenharia	Porto	100,000 100,000	SGPS	Dezembro/02	—
Ferrovias e Construções, S. A. (Ferrovias) Através da Mota-Engil Engenharia	Linda-a-Velha	100,000 100,000	Constr. e manut. de cam. de ferro	Abril/88 Dezembro/00	Setembro/94
Geogranitos — Pedreiras de Amarante, L. ^{da} (Geogranitos) Através da Mota-Engil Engenharia	Amarante	100,000 100,000	Constr. e exploração de pedreiras	Abril/88	Março/90 Junho/00
Gerco — Sociedade de Engenharia Electrotécnica, S. A. (Gerco) Através da Moia-Engil Engenharia	Lisboa	99,950 99,950	Execução de instalações eléctricas	Junho/84	Agosto/90 Maio/94 Setembro/94 Março/95 Dezembro/95
Herso — Obras Civiles y Ferroviárias, S. A. (Herso) Através da Engil III	Buenos Aires (Argentina)	87,840 87,840	Constr. e manut. de cam. de ferro	Julho/92	Novembro/97 Abril/98
Imoengil — Sociedade Imobiliária, S. A. (Imoengil) Através da Mota-Engil Engenharia	Matosinhos	100,000 100,000	Imobiliária	Janeiro/34	Setembro/91 Março/93 Maio/97
KPRD — Krakowskiá Przedsiębiorstwo Robót Drogowych, S. A. (KPRD) Através da Tabella Holding	Cracóvia (Polónia)	100,000 100,000	Execução de obras	Fevereiro/53	Março/99
Largo do Paço — Investim. Turísticos e Imobiliários, L. ^{da} (Largo do Paço) Através da MEIT	Amarante	100,000 100,000	Imobiliária	—	Outubro/91

	Sede	Percent. efectiva da particip.	Actividade	Data de constituição	Data de aquisição
Manvia — Manutenção e Exploração de Instalações, L. ^{da} (Manvia) Através da Mota-Engil Engenharia	Lisboa	100,000 100,000	Manut. e explor. de instalações	—	Junho/98
Maprel — Empresa de Pavim. e Materiais Pré-Esforçados, L. ^{da} (Maprel) Através da Mota-Engil Engenharia	Vila Nova de Gaia	100,000 100,000	Fabrico de materiais pré-esforçados	Janeiro/60	Fevereiro/87
Maprel-Nelas — Indústria de Pré-Fabricados, S. A. (Maprel Nelas) Através da Maprel Através da Mota-Engil Engenharia	Porto	97,000 96,000 1,000	Fabrico de materiais pré-esforçados	Janeiro/01	—
Martifer — Construções Metalomecânicas, S. A. (Martifer) Através da Mota-Engil Engenharia	Oliveira de Frades	50,000 50,000	Execu. de montagem de estrut. metál.	Fevereiro/90 Fevereiro/99	Junho/98
Martifer — Alumínios, S. A. (Martifer Alumínios) Através da Martifer	Oliveira de Frades	27,500 27,500	—	Outubro/90	Abril/99
Martifer Construcciones Metálicas España, S. A. (Martifer Espanha)	Valência (Espanha)	50,000	Proj., exec. e mont. de estrut. metál.	Novembro/99	—
Martins & Coutinho — Constr. em Aço Inox, L. ^{da} (Martins & Coutinho) Através da Martifer	Oliveira de Frades	37,500	Construções em aço inox	Abril/96	Agosto/98 Outubro/98 Dezembro/98
Metalruda — Construções Metálicas, S. A. (Metalruda) Através da Martifer	Arruda dos Vinhos	50,000 50,000	Exec. e mont. de estrut. metálicas	Março/79	Junho/99
Mil e Sessenta — Sociedade Imobiliária, L. ^{da} (Mil e Sessenta) Através da MEIT	Porto	100,000 100,000	Imobiliária	—	Junho/01
Mota-Engil — Ambiente e Serviços, SGPS, S. A. (Mota-Engil — Ambiente e Serviços) (a)	Porto	100,000	SGPS	Junho/97	—
Mota-Engil — Concessões de Transportes, SGPS, S. A. (MECT) Concessões de transportes	Lisboa	100,000	Concessões de transportes	Janeiro/03 Junho 97	— Janeiro 03
Mota-Engil — Engenharia e Construção, S. A. (Mota-Engil Engenharia) (b)	Amarante	100,000	Exec. de obras e compra/venda de imóveis	—	Dezembro/00
Mota Engil — SGPS, S. A., sociedade aberta (Mota-Engil) Através da Algosi Através da Vallis Por via directa	Porto	53,220 9,880 9,880 33,460	SGPS	Agosto/90	—
Mota Gestão e Participações, SGPS, S. A.	Porto	70,000	SGPS	Novembro/93	—
MEITS-Mota-Engil — Imobiliário e Turismo, S. A. (MEIT)	Porto	100,000	Gestão de participações financeiras	Setembro/01	—
MESP-Mota Engil — Serv. Partilhados, Administr. e de Gestão, S. A. (MESP)	Porto	100,000	Serviços administrativos	Dezembro/02	—
Motadómus, L. ^{da} (Motadómus) Através da Aurimove	Porto	95,000 95,000	Imobiliária	Dezembro/96	Dezembro/00
Mota Hungária, Rt (Mota Hungária) através da Mota-Engil Engenharia	Budapeste (Hungria)	100,000	Execução de obras públicas	Janeiro/96	—
Mota Internacional — Com. e Consult. Económ., L. ^{da} (Mota Internacional) Através da Mota-Engil Engenharia	Funchal	100,000 100,000	Gestão de participações financeiras	Setembro/97	Dezembro/98

	Sede	Percent. efectiva da particip.	Actividade	Data de constituição	Data de aquisição
Mota Keystone Construction, LLC (MKC) Através da Mota-Engil Engenharia	Miami (EUA)	50,500 50,500	Imobiliária	Março/02	—
Nortedornus, L. ^{da} (Nortedornus) Através da MEIT	Lisboa	100,000 100,000	Imobiliária	—	Outubro/01
Planinova — Sociedade Imobiliária, S. A. (Planinova) Através da MEIT	Porto	100,000 100,000	Imobiliária	Dezembro/00	—
Prefal — Préfabricados de Luanda, L. ^{da} (Prefal) Através da Mota Internacional Através da Maprel	Luanda (Angola)	90,000 70,000 20,000	Fabrico de materiais pré-esforçados	Dezembro/93	—
Qualibetão — Comercialização de Betões, L. ^{da} (Qualibetão) Através da Mota-Engil Engenharia	Porto Alto	100,000 100,000	Fabr. e comerc. de betão de cimento betum.	Julho/96	—
Renteco — Equipamentos de Construção, L. ^{da} (Rentaco) Através da Mota-Engil Engenharia Através da Qualibetão	Porto Alto	100,000 70,000 30,000	Aluguer de equipamentos de construção	Setembro/89	Julho/96
RTA-Rio Tâmega — Turismo e Recreio, S. A. (RTA) Através da MEIT	Amarante	100,000 100,000	Imobiliário e turismo	—	Maio/00
Sedengil — Sociedade Imobiliária, L. ^{da} (Sedengil) Através da Mota-Engil Engenharia Através da Imoengil	Matosinhos	100,000 70,000 30,000	Imobiliária	Outubro/82	Maio/95
Sefimota Stavebni, AS (Sefimota) Através da Mota-Engil Engenharia	Praga (Rep. Checa)	80,000 80,000	Construção civil e obras públicas	Janeiro/97	—
Serurb — Serviços Urbanos, L. ^{da} (Serurb) Através da Engil Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Vila Nova Famalicão	61,500 11,500 50,000	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Julho/92	Julho/92 Maio/98
Serurb (Matosinhos) Serviços Urbanos, S. A. (Serurb Matosinhos) Através da Serurb	Matosinhos	61,890 61,890	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dezembro/00	—
Serurb (Douro) Serviços Urbanos, L. ^{da} (Serurb Douro) Através da Serurb Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Murça	65,350 56,350 10,000	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dezembro/00	—
Siltei — Aluguer de Máquinas e Equipamentos, S. A. (Siltei) Através da Mota-Engil Engenharia	Amarante	100,000 100,000	Aluguer de equipamento de transporte	—	—
STL — Sociedade de Transportes e Limpeza, L. ^{da} (STL) Através da Suma Através da UTIL	Ourém	61,250 30,625 30,625	Recolha e tratamento de resíduos	—	Junho/03
Suma — Serviços Urbanos Meio Ambiente, S.A. (Suma) Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Tracevia	Lisboa	61,250 60,410 0,840	Recolha de resíduos sólidos	—	—
Tabella Holding, BV (Tabella) Através da Mota-Engil Engenharia	Amesterdão (Holanda)	100,000 100,000	Gestão de participações financeiras	Novembro/98	—

	Sede	Percent. efectiva da particip.	Actividade	Data de constituição	Data de aquisição
Tecnocarril — Soc. de Serv. Industriais e Ferroviários, L. ^{da} (Tecnocarril) . Através da Mota-Engil Engenharia	Entroncamento	100,000	Tratam. de madeira para uso ferrov.	Janeiro/94	Setembro/94
Através da Mota-Engil Engenharia		15,000			
Através da Ferrovias		85,000			
Tracevia — Sinalização Segurança e Gestão de Tráfego, L. ^{da} (Tracevia) ... Através da Mota-Engil Engenharia	Sintra	77,500 77,500	Sinalização e gestão de tráfego	Junho/80	Outubro/84
Transportes Lei, S. A. (Translei)	Lima (Peru)	100,000	Indústria da constr. e activ. complement.	Setembro/86	Junho/98 Junho/99
Através da Engil 41		55,000			
Através da Mota-Engil Engenharia		45,000			
UTIL — União de Transportes e Limpeza, L. ^{da} (UTIL)	Ourém	61,250	Recolha e tratamento de resíduos	—	Junho/03
Através da Suma		61,190			
Através da Serurb		0,060			
Vallis — SGPS, S. A. (Vallis)	Porto	51,000	SGPS	—	Junho/00
Vibeiras — Sociedade Comercial de Plantas, S. A. (Vibeiras)	Torres Novas	66,670	Espaços verdes	Julho/88	Outubro/98
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços		66,670			

(a) Anteriormente designada por Engil Investimentos — SGPS, S. A.

(b) Anteriormente designada por Mota & Companhia, S. A. No exercício de 2003, incorporou por fusão a actividade de construção da Engil — Sociedade de Construção Civil, S. A. e a Mota-Engil Internacional — Comércio Internacional e Serviços, S. A.

É de referir que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, são incluídas pela primeira vez no perímetro de consolidação do Grupo, pelo método integral, as empresas STL e UTIL. Por outro lado, a CPTP passou a ser consolidada pelo método integral.

Empresas do Grupo excluídas da consolidação:

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo não consolidadas pelo método de consolidação integral (dado não terem actividade ou serem imateriais, individualmente e no seu conjunto, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho) encontram-se registados na rubrica de partes de capital em empresas do grupo, ao respectivo custo de aquisição, sendo as suas respectivas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro, de 2003, as seguintes:

Designação	País	Porcentagem efectiva da participação
Cogarno — Constructions Gabonaises, Mota, S.A. (Copamo)	Gabão	51,30
Corgimobil — Empresa Imobiliária das Corgas, L. ^{da} (Corgimobil)	Portugal	70,42
EM — Edifícios Modernos, Construções, S. A. (EM)	Portugal	75,00
EMASA, L. ^{da} (EMASA)	Angola	95,00
Engil — Construtora do Tâmega, ACE, S. A. (Engil Tâmega ACE)	Portugal	53,00
Engil, S. A. — Bau, GmbH (Engil Bau)	Alemanha	100,00
Engil JCA — Construção Civil e Obras Públicas, L. ^{da} (Engil JCA)	Portugal	60,00
Fibreglass Sundlete, L. ^{da} (Fibreglass)	Moçambique	100,00
Hifer — Construcción Conservación e Servicios, S. A. (Hifer)	Espanha	50,00
Holdnorte — Sociedade Imobiliária do Norte, L. ^{da} (Holdnorte)	Portugal	67,00
M-Invest Bohdalec, A. S. (Bohdalec)	Polónia	86,00
M-Invest Jihlavska, A. S. (Jihlavska)	Polónia	68,00
Matiprel — Materiais Pré-Esforçados, L. ^{da} (Matiprel)	Portugal	70,00
Martifer Polska (Martifer Polska)	Polónia	50,00
Mota-Engil Florida Investments Corp. (ME Florida)	EUA	100,00
Mota-Engil Tecnologias de Informação, S. A. (METI)	Portugal	100,00
Mota Maurícias, L. ^{da} (Mota Maurícias)	Maurícias	100,00
Mota Real Estate, sro (Mota Real Estate)	República Checa	100,00
Passeio da Marginal — Sociedade Imobiliária, S. A. (Passeio da Marginal)	Portugal	100,00
Serurb Esposende — Serviços Urbanos, L. ^{da} , (Serurb Esposende)	Portugal	65,80
Roomlit Hotels e Turismo, L. ^{da} (Roomlit)	Portugal	50,00
Tratofoz — Sociedade de Tratamento de Resíduos, S. A. (Tratofoz)	Portugal	67,00
Turalgo — Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S. A. (Turalgo)	Portugal	51,00

Empresas do Grupo e associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial:

As empresas do Grupo e associadas incluídas na consolidação pela aplicação do método da equivalência patrimonial, suas respectivas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003, são as seguintes:

Designação	País	Porcentagem efectiva da participação
Armando Duarte, L. ^{da} (Armando Duarte)	Portugal	100,00
Ambilital — Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM. (Ambilital)	Portugal	30,13
Asinter — Comércio Internacional, L. ^{da} (Assnter)	Portugal	30,00
Auto Sueco Angola, S. A. (Auto Sueco Angola)	Angola	25,50
Caves da Cerca, S. A. (Caves da Cerca)	Portugal	20,06
Cimertex Angola — Sociedade de Máquinas e Equipamentos, L. ^{da} (Cimertex Angola)	Angola	44,90
Cimertex & Companhia — Comércio Equipamentos e Serviços Técnicos, L. ^{da} (Cimertex & C. ^a)	Portugal	50,00
Citrup — Centro Integrado de Resíduos, L. ^{da} (Citrup)	Portugal	15,37
Cogera — Sociedade de Produção de Energia, L. ^{da} (Cogera)	Portugal	100,00
Covelas Energia, L. ^{da} (Covelas)	Portugal	100,00
Dirac — Soluções de Engenharia e Informática, L. ^{da} (Dirac)	Portugal	48,00
Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, S. A. (Empresa Agrícola)	Portugal	44,70
EMSA — Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, S. A. (EMSA)	Portugal	100,00
Fabritubo — Tubos Pressocentrífugados de Betão, L. ^{da} (Fabritubo)	Portugal	50,00
Ferrovias Brasil, L. ^{da} (Ferrovias Brasil)	Brasil	100,00
Icil — Icafal, S. A. (Icil-Icafal)	Chile	17,64
Indáqua — Indústria e Gestão de Águas, S. A. (Indáqua)	Portugal	28,00
Indáqua Fafe — Gestão de Águas de Fafe, S. A. (Indáqua Fafe)	Portugal	27,96
Indáqua Feira — Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S. A. (Indáqua Feira)	Portugal	20,04
Indáqua Santo Tirso — Gestão de Águas de Santo Tirso, S. A. (Indáqua Santo Tirso)	Portugal	28,00
Inovia — Serviços Ferroviários ACE, S. A. (Inovia)	Portugal	33,00
Lusoponte — Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A. (Lusoponte)	Portugal	13,83
Metroepszolg, RT (Metroepszolg)	Hungria	99,77
Moravlan Partner Constructors, sro (Moravian)	República Checa	64,00
M-Invest Neklano, sro (Nehlano)	República Checa	84,00
M-Invest, sro (M-Invest)	República Checa	86,00
Netmaster — Tecnologias de Informação, L. ^{da} (Netmaster)	Portugal	60,00
Ornamag — Mármore e Granitos Ornamentais, S. A. (Ornamag)	Portugal	100,00
Parquegil — Planeamento e Gestão de Estacionamento, S. A. (Parquegil)	Portugal	50,00
PBM — Lubartow (PBM)	Polónia	100,00
Rima — Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S. A. (Rima)	Portugal	58,44

Designação	País	Porcentagem efectiva da participação
SGA — Sociedade do Golfe de Amarante, S.A. (SGA)	Portugal	97,00
Soimasler — Tecnologias de Informação, S. A. (Solmaster)	Portugal	60,00
Sol-S e Solsuni — Tecnologias de Informação, S. A. (Sol-S e Solsuni)	Portugal	60,00
Sol-S Internacional — Tecnologias de Informação, S. A. (Sol-S Internacional)	Portugal	60,00
Sonauta — Sociedade de Navegação, L. ^{da} (Sonauta)	Angola	83,00
Somafel e Ferrovias, ACE (Somafel — Ferrovias, ACE)	Portugal	40,00
Soprocil — Sociedade de Projectos e Construções Cívicas, S. A. (Soprocil)	Portugal	24,70
Sunviauto — Indústria de Componentes de Automóveis, S. A. (Sunviauto)	Portugal	31,25
Timoz — Transformadora Industrial de Mármore de Estremoz, L. ^{da} (Timoz)	Portugal	100,00
Venimove — Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, L. ^{da} (Venimove)	Portugal	100,00

As participações nas empresas Armando Duarte, Ornamag e Timoz foram consolidadas em 2001 pelo método da integração global. Dado ser intenção do conselho de administração rever o seu posicionamento estratégico nesta área de negócios, estando incluída a possibilidade de alienação, estas empresas foram consolidadas no exercício de 2002 e no exercício de 2003 pelo método da equivalência patrimonial reportado a 31 de Dezembro de 2001, não tendo sido apropriado o resultado líquido negativo destas associadas desde essa data, cujo efeito líquido acumulado ascende a aproximadamente, 265 000 euros. Incluído em provisões para outros riscos e encargos encontra-se registada uma provisão no montante de 1 170 040 euros para fazer face aos capitais próprios negativos destas associadas. É convicção do conselho de administração que o valor pelo qual estas participações se encontram reflectidas no balanço não é inferior ao seu valor de realização.

As empresas que constituem o Grupo Sol-S (Sol-S e Solsuni, Solmaster, Netmaster e Dirac) foram incluídas no primeiro semestre de 2002 pelo método de integração global. Face ao processo de

reestruturação que ocorreu durante 2002 nestas participadas, que se substanciou na fusão por incorporação da Sol-Shop, Solsuni, Devweb, Infomania e Solsoft na Sol-S, e em virtude de ser intenção do conselho de administração rever o seu posicionamento estratégico na área de negócio das novas tecnologias, estas participações financeiras foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial a partir de Dezembro de 2002, inclusive.

Participações materialmente irrelevantes em empresas associadas:

Os investimentos financeiros em empresas associadas cujas participações são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação, bem como a proporção do capital detido nestas empresas (empresas sem actividade e, ou, sem informação disponível em 31 de Dezembro de 2003), são como segue:

Designação	País	Porcentagem efectiva da participação
Ecodetra — Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S. A. (Ecodetra)	Portugal	49,00
Mota Cheong Kong — Construções e Investimentos, L. ^{da} (Mota Cheong Kong)	China	40,00
Socibil, S. A. R. L. (Socibil)	Angola	30,00
Vortal — Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S. A. (Vortal)	Portugal	22,50

Estes investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Empresas consolidadas pelo método proporcional:

As empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional, suas respectivas sedes e a proporção de capital detido são como segue:

	Sede	Porcentagem efectiva da participação	Actividade	Data de constituição	Data de aquisição
Correia & Correia, L. ^{da} (Correia & Correia)	Sertã	34,00	Comércio e recolha de óleos usados	Setembro/88	Fevereiro/00
Através da Enviroil.					
Empresa de Terraplenagem e Pavimentações — Paviterra, S. A. R. L. (Angola) (Paviterra)	Luanda (Angola)	49,00	Execução de obras	Novembro/80	—
Através de Mota Internacional.					
Enviroil — Resíduos e Energia, L. ^{da} (Enviroil)	Matosinhos	42,50	Comércio e recolha de resíduos industriais	Novembro/97	—
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços.					
Icer — Indústria de Cerâmica, L. ^{da} (Icer)	Luanda (Angola)	50,00	Indústria cerâmica	Novembro/91	—
Através da Mota-Engil Engenharia.					
Probigalp Ligantes Betuminosos, S. A. (Probigalp)	Amarante	25,00	Fabrico de produtos betuminosos	Abril/98	—
Através da Mota-Engil Engenharia.					
Probisa Portuguesa — Construção e Obras Públicas, S. A. (Probisa)	Amarante	50,00	Construção	Janeiro/86	—
Através da Mota-Engil Engenharia.					

Nestas empresas, a gestão é partilhada com os outros accionistas, pelo que se considera ser o método de consolidação proporcional aquele que melhor representa o efeito da actividade destas s empresas nas demonstrações financeiras do Grupo.

Participações não inferiores a 10% em empresas não mencionadas anteriormente:

As empresas não mencionadas nas notas anteriores, registadas ao custo de aquisição, percentagem de participação, e suas respectivas sedes, são conforme segue:

Designação	País	Percentagem efectiva da participação
Aenor — Auto-Estradas do Norte, S. A. (Aenor)	Portugal	32,42
imosines — Sociedade Imobiliária, L.ª (Imosines)	Portugal	10,61
Lusoscut — Auto-Estradas da Costa de Praia, S. A. (Lusoscut CP)	Portugal	32,79
Lusoscut — Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S. A. (Lusoscutl BLA)	Portugal	32,79
Lusoscut — Auto-Estradas do Grande Porto, S. A. (Lusoscut GP)	Portugal	32,79
Operanor — Operação e Manutenção de Auto Estradas, S. A. (Operanor)	Portugal	32,42
Operadora Lusoscut CP — Operação e Manutenção de Auto-Estradas, S. A. (Operadora Lusoscut CP) ...	Portugal	32,79
Operadora Lusoscut BLA — Operação e Manutenção de Auto-Estradas, S. A. (Operadora Lusoscut BLA)	Portugal	32,79
Operadora Lusoscut GP — Operação e Manutenção de Auto-Estradas, S. A. (Operadora Lusoscut GP) ...	Portugal	33,50
Tratoser — Tratamento e Serviços Ambientais, S. A. (Tratoser)	Portugal	10,00
Publicultura — Sociedade de Informação e Cultura, S. A. (Publicultura)	Portugal	10,00
MTS-Metro — Transportes do Sul, S. A. (MTS)	Portugal	10,09

Critérios de contabilização das participações em associadas:

As empresas incluídas na consolidação que detêm participações financeiras em associadas, adoptam o critério de as valorizar nas suas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial ou ao custo de aquisição, conforme aplicável. Os critérios de valorimetria utilizados para as participações financeiras em empresas associadas não consolidadas são os descritos na nota n.º 1-c-iv), à excepção das participações nas associadas Aenor, Lusoscut CP, Lusoscut BLA, Lusoscut GP, Operanor, Operadora Lusoscut CP,

Operadora Lusoscut BLA e Operadora Lusoscut GP que estão registadas ao custo histórico. De facto, atendendo à participação do Grupo nestas empresas, à actividade de concessionárias a que estas se dedicam e ao seu estado de arranque de operações, estas participações estão registadas ao custo de aquisição, que é inferior ao respectivo valor de mercado.

5 — Dívidas de terceiros de médio e longo prazos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Custo:		
Clientes, conte corrente	10 940 871	11 567 894
Clientes, títulos a receber	12 214 261	13 822 798
Empresas participadas e participantes	27 233 740	26 999 074
Outros devedores	1 689 606	2 163 045
	<u>52 078 478</u>	<u>54 552 811</u>
Provisões para cobranças duvidosas:		
Clientes, conta corrente	(182 787)	(228 728)
Empresas participadas e participantes	—	(1 602 115)
Outros devedores	(185 243)	—
	<u>(368 030)</u>	<u>(1 830 843)</u>
	<u>51 710 448</u>	<u>52 721 968</u>

As dívidas de terceiros de médio e longo prazos incluem o montante de 46 373 417 euros (2002: 49 348 389 euros) relativo a créditos sobre o estado Angolano e sobre empresas sedeadas em Angola.

O aumento ocorrido em empresas participadas e participantes corresponde a suprimentos concedidos a associadas da área do ambiente e serviços.

Provisão para cobranças duvidosas:

Os movimentos na provisão para cobranças duvidosas são analisados como segue:

	2003	2002
Clientes, conta corrente:		
Saldo inicial	228 728	7 467
Aumento	—	43 055
Redução e transferências	(45 941)	178 206
Saldo final	<u>182 787</u>	<u>228 728</u>
Empresas participadas e participantes:		
Saldo inicial	1 602 115	1 416 872
Aumento	—	185 243
Redução e transferências	(1 602 115)	—
Saldo final	<u>—</u>	<u>1 602 115</u>

	2003	2002
Outros devedores:		
Saldo inicial	—	—
Aumento	—	—
Redução e transferências	185 243	—
Saldo final	185 243	—
	368 030	1 830 843

6 — Existências:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Custo:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29 221 586	27 573 100
Produtos e trabalhos em curso	14 889 284	31 298 794
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	—	226 208
Produtos acabados	19 335 455	7 939 246
Mercadorias	34 896 411	30 566 769
Adiantamentos por conta de compras	3 841 142	2 552 598
	102 183 876	100 156 715
Provisões para depreciação de existências:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(194 000)	(119 748)
Produtos acabados	(55 789)	(51 371)
Mercadorias	(95 304)	(95 304)
	(345 093)	(266 423)
	101 838 785	99 890 292

Produtos e trabalhos em curso:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 o detalhe dos produtos e trabalhos em curso, era como segue:

	2003	2002
Aurimove	1 527 935	2 597 414
Calçadas do Douro	652 539	440 011
Martifer Alumínios	165 557	—
Martifer Espanha	58 242	—
Martins & Coutinho	265 571	—
Mil e Sessenta	422 679	464 598
Mota-Engil Engenharia	417 092	7 400 640
Mota Viso	869 900	5 366 450
Planinova	10 447 405	10 098 079
RTA	62 364	131 306
Sedengil	—	1 902 086
Sefimota	—	2 898 210
	14 889 284	31 298 794

Provisão para depreciação de existências:

Os movimentos na provisão para depreciação de existências são analisados como segue:

	2003	2002
Saldo inicial	266 423	337 556
Aumento	162 950	52 831
Redução e transferências	(84 280)	(123 964)
Saldo final	345 093	266 423

Incluído em redução e transferências encontra-se o montante negativo de 25 767 euros relativo a diferenças cambiais.

7 — Dívidas de terceiros de curto prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Custo:		
Clientes, conta corrente (nota n.º 48)	361 229 990	296 948 905
Clientes, títulos a receber	21 134 991	24 742 451
Clientes de cobrança duvidosa	10 407 191	9 562 254
Empresas do grupo	15 976 999	—
Empresas associadas	4 913 479	4 336 615
Empresas participadas e participantes	—	27 866 764
Adiantamentos a fornecedores	6 195 879	5 625 864
Estado e outros entes públicos	8 078 640	7 422 588
Outros devedores	62 450 205	40 923 723
	<u>490 387 374</u>	<u>417 429 162</u>
Provisões para cobranças duvidosas:		
Clientes, conta corrente	(3 893 305)	(3 760 918)
Clientes de cobrança duvidosa	(8 001 853)	(9 281 386)
Empresas associadas	(594 253)	—
Outros devedores	(2 007 068)	(130 753)
	<u>(14 496 479)</u>	<u>(13 173 057)</u>
	<u>475 890 895</u>	<u>404 256 105</u>

Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos têm a seguinte composição:

	2003	2002
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	2 677 492	2 729 119
Imposto sobre o valor acrescentado	4 734 606	3 283 446
Segurança social	7 322	2 867
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	18 698	75 036
Outros impostos	—	530 545
Impostos em outros países	640 522	801 573
	<u>8 078 640</u>	<u>7 422 586</u>

A rubrica de impostos em outros países respeita às dívidas activas com as administrações fiscais dos países estrangeiros onde o Grupo desenvolve a sua actividade.

Provisão para cobranças duvidosas:

Os movimentos na provisão para cobranças duvidosas são analisados como segue:

	2003	2002
Clientes, conta corrente:		
Saldo inicial	3 760 918	1 511 387
Aumento	382 184	206 726
Redução e transferências	(249 797)	2 042 805
Saldo final	<u>3 893 305</u>	<u>3 760 918</u>
Clientes de cobrança duvidosa:		
Saldo inicial	9 281 386	9 220 094
Aumento	1 681 050	1 681 831
Redução e transferências	(2 960 583)	(1 620 539)
Saldo final	<u>8 001 853</u>	<u>9 281 386</u>
Empresas associadas:		
Saldo inicial	—	175 989
Aumento	594 253	—
Redução e transferências	—	(175 989)
Saldo final	<u>594 253</u>	<u>—</u>

	2003	2002
Outros devedores:		
Saldo inicial	130 753	257 582
Aumento	1 173 815	33 658
Redução e transferências	702 500	(160 487)
Saldo final	<u>2 007 068</u>	<u>130 753</u>
	14 496 479	13 173 057

Incluído em redução e transferências encontram-se o montante positivo de 23 101 euros e o montante negativo de 316 095 euros relativos a alterações no perímetro de consolidação, e a diferenças cambiais, respectivamente.

Incluído em aumento encontra-se o montante de 1 767 534 euros, o qual teve como contrapartida a rubrica de resultados extraordinários.

8 — Títulos negociáveis:

Os movimentos na provisão para aplicações de tesouraria são analisados como segue:

	2003	2002
Aplicações de tesouraria:		
Saldo inicial	708	10 620
Aumento	1 542	—
Redução e transferências	—	(9 912)
Saldo final	<u>2 250</u>	<u>708</u>
Títulos negociáveis:		
Saldo inicial	3 135 737	2 072 245
Aumento	—	1 766 542
Redução e transferências	(1 954 299)	(703 050)
Saldo final	<u>1 181 438</u>	<u>3 135 737</u>
	1 183 688	3 136 445

9 — Disponibilidades:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Depósitos bancários	28 271 299	22 564 257
Caixa	1 777 341	1 378 320
	<u>30 048 640</u>	<u>23 942 577</u>

10 — Acréscimos e diferimentos activos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 os saldos desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	2003	2002
Acréscimos de proveitos:		
Trabalhos por facturar [nota n.º 1, alínea c)-xvi]	108 705 537	86 928 859
Projectos Imobiliários em curso	7 025 285	16 018 635
Juros a receber	1 604 222	698 606
Outros acréscimos de proveitos	1 018 310	1 107 669
	<u>118 353 354</u>	<u>104 953 769</u>
Custos diferidos:		
Custos com propostas e de arranque de obras [nota n.º 1, alínea c)-xvi]	12 193 793	17 441 877
Seguros	1 085 061	676 191
Juros e outros encargos financeiros diferidos	6 682 646	3 632 883
Diferenças cambiais	682 689	366 280
Outros custos diferidos	4 409 460	3 091 192
	<u>25 053 649</u>	<u>25 208 423</u>
	143 407 003	130 162 192

Os acréscimos de proveitos relativos a projectos imobiliários referem-se aos montantes a facturar relativos á construção de vários projectos imobiliários no âmbito dos Planos Especiais de Realojamento — PER, efectuados pela participada Sedengil.

O Grupo adopta o procedimento de diferir custos com propostas de trabalhos, cuja adjudicação à data do balanço não é conhecida mas que se antecipa favorável. Consequentemente, estes custos são na generalidade dos casos incluídos na obra no caso desta ser adjudicada, ou como custos do exercício quando a decisão é desfavorável.

11 — Capital próprio:

Durante o exercício de 2003 o movimento ocorrido nos saldos das rubricas de capital próprio, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicações de resultados	Saldo final
Capital	5 000 000	—	—	—	5 000 000
Acções próprias — valor nominal	—	—	—	—	—
Prémios de emissão de acções	15 949 512	—	—	—	15 949 512
Diferenças de consolidação	12 417 797	—	—	—	12 417 797
Ajustamentos de capital	24 487 283	2 199 763	—	—	26 687 046
Reserva legal	4 606 299	997 542	(153)	—	5 603 688
Reservas livres	19 172 993	153	(6 791 900)	—	12 381 246
Ajustamentos de conversão cambial	—	—	—	—	—
Resultados transitados	(53 333 431)	—	(4 092 899)	(1 472 609)	(58 898 939)
Resultado consolidado líquido	(1 472 609)	—	(469 144)	1 472 609	(469 144)
	26 827 844	3 197 458	(11 354 096)	—	18 671 206

Capital:

O capital da Somota em 31 de Dezembro de 2003, ascende a 5 000 000 de euros, estando representado por 1 000 000 de acções ao portador com valor nominal de cinco euros cada.

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Segundo dispõe a legislação comercial, esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas apenas podendo ser utilizada em aumentos de capital ou na cobertura de prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Diferenças de consolidação:

O movimento ocorrido na rubrica de diferenças de consolidação corresponde a variações patrimoniais ocorridas em algumas das empresas incluídas no perímetro de consolidação, relativas a:

Gratificações por aplicação de resultados efectuadas pelas participadas	(2 205 670)
Outras variações	511 435
	(1 694 235)

O saldo desta rubrica corresponde à compensação efectuada entre os valores de aquisição de partes de capital em empresas do Grupo e a proporção dos respectivos capitais próprios à data da sua aquisição, acrescidos ou diminuídos de outras variações nos capitais próprios dessas empresas, que não as relativas a resultados do exercício. Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003
Algosi	489
MGP	11 586 307
Mota-Engil	831 001
	12 417 797

12 — Interesses minoritários no balanço:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Algosi	(68 064 416)	(70 655 986)
Cerâmica do Boialvo	(304516)	(215 546)
CPTP	590 967	—
Emocil	110 029	229 679

	2003	2002
Gerco	328	771
Maprel Nelas	(10 294)	(20 607)
Marfil	—	16 349
Martifer e subsidiárias	9 143 432	7 251 702
MGP	8 162 180	11 630 861
MKC	1 176 841	2 019 272
Motadómus	19 680	19 347
Mota-Engil	150 787 066	160 721 472
Prefs!	431 291	520 836
RTA	—	637 768
Sefimota	192 240	154 330
Serurb e subsidiárias	1 204 782	879 084
Suma e subsidiárias	7 082 559	3 419 151
Tracevia	303 037	318 008
Vallis	(68 003 202)	(70 594 791)
Vibeiras	617 315	553 252
	43 439 319	46 884 952

13 — Provisões para outros riscos e encargos:

O movimento das provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 pode ser analisado como segue:

	2003	2002
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo inicial	14 973 250	25 375 315
Aumento	1 973 163	1 647 710
Redução e transferências	303 052	(12 049 775)
Saldo final	17 249 465	14 973 250

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de provisões para outros riscos e encargos reflecte a melhor estimativa de conselho de administração para fazer face a: (i) riscos associados com empresas participadas; (ii) riscos associados ao desenvolvimento de operações em curso e na vertente internacional, (iii) para responsabilidades no investimento na Intercon — Construção, ACE, (iv) capitais próprios negativos de algumas associadas que se encontram registadas pelo método da equivalência patrimonial e (v) outros riscos e eventuais contingências não identificados especificamente, relacionados com o desenvolvimento das operações do Grupo.

Incluído em redução e transferências encontram-se o montante negativo de 49 635 euros relativo a diferenças cambiais.

Incluído em aumento encontra-se o montante de 1 616 674 euros, o qual teve como contrapartida a rubrica de resultados extraordinários.

14 — Dívidas a terceiros de médio e longo prazos:

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

	2003	2002
Empréstimos por obrigações não convertíveis	71 250 000	52 425 000
Dívidas a instit. de crédito	298 168 597	284 074 263
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	—	56 999
Empresas associadas	1 637 842	—
Outros accionistas	28 595 034	34 454 885
Adiant. por conta de vendas	11 678 785	16 372 549
Outros empréstimos obtidos	65 019 273	32 532 976
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	33 827 863	31 581 430
Estado e outros entes públicos	—	1 784 645
Outros credores	1 825 878	5 842 027
	<u>510 003 272</u>	<u>459 124 774</u>

Empréstimos por obrigações não convertíveis:

Em 28 de Junho de 2002, a Mota-Engil contraiu um empréstimo por obrigações no valor de 22 500 000 euros, por um prazo de cinco anos, remunerado a uma taxa de juro correspondente à taxa Euribor a seis meses, adicionada de 1,5 pontos percentuais. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 28 de Junho e 28 de Dezembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 28 de Dezembro de 2002. O reembolso será efectuado ao seu valor nominal, em seis prestações semestrais, a partir da data de pagamento do 5.º cupão. A Mota-Engil-mãe, poderá efectuar o reembolso antecipado total ou parcial, neste caso por redução ao valor nominal, das obrigações, a partir do 5.º pagamento de cupão. Cada obrigacionista poderá, em qualquer momento e no prazo máximo de 12 meses após a data de fecho de cada exercício, solicitar o reembolso antecipado das obrigações de que seja titular caso as demonstrações financeiras consolidadas da Mota-Engil demonstrem o incumprimento de determinados *ratios* financeiros definidos contratualmente.

Em 9 de Dezembro de 2003, a Mota-Engil emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 17 500 000 euros, pelo prazo de sete anos, remunerando juros semestralmente a uma taxa de juro indexada à Euribor a seis meses adicionada de 1,75 pontos percentuais, com o reembolso a ser efectuado em 10 prestações semestrais, a partir da data de pagamento do 5.º cupão.

Em 29 de Dezembro de 2003, a Mota-Engil contraiu um novo empréstimo por obrigações no valor de 35 000 000 de euros, pelo prazo de cinco anos, remunerando juros semestralmente a uma taxa de juro indexada à Euribor a seis meses adicionada de 0,75 pontos percentuais, com um único reembolso no final do prazo do empréstimo.

Dívidas a instituições de crédito:

O saldo da rubrica de balanço de dívidas a instituições de crédito inclui um empréstimo contraído pela Mota-Engil no montante de 25 000 000 de euros, reembolsável em seis prestações semestrais, a partir de Junho de 2004 e que vence juros trimestrais a uma taxa indexada à Euribor a seis meses e outro no montante de 27 766 007 euros, reembolsável em 12 prestações trimestrais iguais de capital (pelo método francês), tendo-se vencido a primeira em 26 de Dezembro de 2002, e que vence juros trimestrais a uma taxa indexada à Euribor a um mês.

Fornecedores de imobilizado:

Em 31 de Dezembro de 2003, as empresas incluídas na consolidação mantinham responsabilidades como locatárias relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de 50 724 695 euros, com o seguinte prazo de vencimento:

Ano de vencimento	Capital	Juros	Total
Um ano	16 993 365	1 340 170	18 333 535
Dois anos	13 680 357	839 936	14 520 293
Três anos	7 753 444	375 034	8 128 476
Quatro ou mais anos	9 164 309	578 080	9 742 389
	<u>47 591 475</u>	<u>3 133 220</u>	<u>50 724 695</u>

Outros empréstimos obtidos:

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo das rubricas de balanço de outros empréstimos obtidos inclui uma emissão de papel comercial efectuada pela subsidiária Mota-Engil Engenharia, no montante, líquido de

juros vincendos, de 14 830 736 euros, garantida por um sindicato bancário e que vence juros a taxa variável. Dado que o prazo de vencimento deste programa de emissão de papel comercial é 17 de Dezembro de 2005, o conselho de administração entendeu classificar este empréstimo como de médio e longo prazos por ser sua intenção renovar as emissões actualmente existentes. Aquele saldo inclui, ainda, uma emissão de papel comercial no valor, líquido de juros vincendos, de 9 885 553 euros, garantida por um sindicato bancário, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 23 de Abril de 2005, bem como, outras três emissões no montante global de 40 302 984 euros, igualmente registadas como de médio e longo prazos, pelos motivos acima, apontados.

15 — Dívidas a terceiros de curto prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Empréstimos por obrigações não convertíveis	33 675 000	67 337 716
Dívidas a instit. de crédito	225 291 811	220 213 581
Adiant. por conta de vendas	27 697 663	26 996 674
Fornecedores, conta corrente	225 697 542	156 098 173
Fornecedores, facturas em recepção e conferência ...	870 111	1 636 784
Fornecedores, títulos a pagar	14 627 058	11 030 302
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	699	—
Empresas associadas	1 064 040	1 765 102
Outros accionistas	686 449	260 722
Adiantam. de clientes	8 462 046	5 869 228
Outros empréstimos obtidos	17 634	23 723 905
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	19 657 497	25 237 257
Estado e outros entes públicos	22 777 740	20 176 498
Outros credores	13 162 800	17 079 954
	<u>593 688 091</u>	<u>577 425 896</u>

Empréstimos por obrigações não convertíveis:

Por deliberação da assembleia geral de 8 de Março de 1999, o conselho de administração da Mota & Companhia foi autorizado a proceder no prazo de cinco anos, a uma ou mais emissões de obrigações, até ao valor global de 29 925 000 euros, subsistindo a autorização que lhe foi concedida anteriormente pela assembleia geral. Neste sentido, em Dezembro de 1999, foi efectuada uma emissão de 2 992 500 obrigações cotadas na Euronext Lisboa, de valor nominal de 10 euros, com reembolso de uma só vez em Dezembro de 2004 (possibilidade de reembolso antecipado a partir de Maio de 2002), e que vence juros semestrais e postecipados a uma taxa indexada à Euribor de seis meses.

Em 21 de Agosto de 1998, a Mota-Engil contraiu um empréstimo por obrigações no valor 34 915 853 euros, por um prazo de cinco anos, remunerado a uma taxa de juro correspondente à taxa Lisbor a seis meses, deduzida de 1,05 pontos percentuais, o qual foi reembolsado em 17 de Agosto de 2003.

No final de 1998, foi realizada pela Mota-Engil Engenharia uma emissão de obrigações não convertíveis, no montante de 32 421 863 euros, a uma taxa de juro variável indexada à Lisbor, que foi reembolsado na data de pagamento do 10.º cupão (Dezembro de 2003).

Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos têm a seguinte composição:

	2003	2002
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	6 561 194	6 797 887
Imposto sobre o valor acrescent.	8 824 075	7 045 151
Segurança social	2 685 084	2 288 937
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1 150 898	1 189 793
Outros impostos	703 274	1 101 524
Impostos em outros países	2 653 215	1 753 206
	<u>22 777 740</u>	<u>20 176 498</u>

A rubrica de impostos em outros países respeita às dívidas passivas com as administrações fiscais dos países estrangeiros onde o Grupo desenvolve a sua actividade.

16 — Acréscimos e diferimentos passivos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 os saldos desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	2003	2002
Acréscimos de custos:		
Encargos com férias a subsídio de férias	15 829 098	14 890 247
Juros a liquidar	5 744 747	7 413 481
Produtos e trabalhos em curso	176 025	891 079
Outros acréscimos de custos [nota n.º 1, alínea c) x)]	10 242 870	10 380 981
	<u>31 992 740</u>	<u>33 575 788</u>
Proveitos diferidos:		
Obras em curso	67 552 149	16 324 260
Juros antecipados	4 383 012	1 359 984
Relocação financeira	—	271 226
Diferenças de câmbio	3 067	419 434
Subsídios ao investimento	5 156 937	4 174 840
Ganhos em investimentos financeiros	1 200 120	—
Rendas em imóveis próprios	29 618	22 038
Diferenças de consolidação	5 019 934	4 914 080
Facturação antecipada	5 088 611	6 879 630
Outros proveitos diferidos	994 529	1 439 063
	<u>89 427 977</u>	<u>35 804 555</u>
	<u>121 420 717</u>	<u>69 380 343</u>

Obras em curso:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 o detalhe por empresa do grupo dos proveitos diferidos relativos a obras em curso, era como segue:

	2003	2002
Ferrovias	3 457 494	2 277 169
Geogranitos	—	1 654
Gerco	41 900	102 460
KPRD	115 241	27 018
Martifer	—	438 169
Martifer Alumínios	358 554	—
Martifer Espanha	101 070	186 835
Metlruada	250 481	445 818
MKC	1 229 868	792 410
Mota-Engil Engenharia	60 586 497	12 052 627
Serurb	1 086 944	—
Tracevia	324 100	—
	<u>67 552 149</u>	<u>16 324 260</u>

O aumento verificado na conta de obras em curso na participada Mota-Engil Engenharia resulta essencialmente da emissão de facturação antecipada a alguns ACEs construtores das auto-estradas da área das concessões de transportes.

Diferenças de consolidação:

Os saldos apresentados nesta rubrica, correspondem às diferenças negativas entre o custo de aquisição das partes de capital e a proporção dos respectivos capitais próprios à data de compra. Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica correspondia às participações na RTA e na CPTP, apresentava o valor de 3 658 931 euros e 1 361 003 euros, respectivamente, e encontrava-se a ser amortizado em 10 anos (nota n.º 1).

17 — Garantias:

Garantias prestadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as garantias prestadas pelo Grupo a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do Grupo, discriminadas por moeda eram como segue:

	2003	2002
Euros	452 234 193	505 568 916
Dólares dos Estados Unidos	21 669 253	31 780 447
Kwashas do Malawi	4 063 939	3 629 849
Cedis da República do Gana	—	789 269
Forints húngaros	2 349 368	479 472
Escudos cabo-verdianos	147 621	140 663
Franco CFA	8 078 651	6 618 645
Zlotys polacos	1 062 936	987 536

	2003	2002
Coroas checas	3 535 240	3 748 561
Meticais moçambicanos	333 272	50 758
Rand da República da África Sul	—	242 389
Dinheiros tunisinos	—	4 957 020
Nuevos Soles peruanos	2 646 378	—
	<u>496 122 851</u>	<u>558 993 525</u>

O detalhe por empresas do Grupo é como segue:

	2003	2002
Martifer Alumínios	745 052	790 747
Correia & Correia	32 231	—
Emocil	360 683	9 649
CPTP	6 555 489	—
Enviroil	5 742	—
Ferrovias	11 296 738	10 243 967
Geogranitos	2 426 747	2 274 147
Gerco	4 991 306	517 942
Tecnocarril	1 645	—
Maprel	5 943 339	2 174 214
Martil	—	1 070 065
Martifer	13 504 479	9 290 101
Martins & Coutinho	134 251	126 295
Metalruda	2 258 784	2 434 774
Mola-Erigil	35 000 000	—
Mota-Engil Engenharia	377 162 209	497 718 49
Mota Hungária	478 602	—
Manvia	55 147	—
Probigalp	23 689	73 999
Probisa	862 605	1 533 155
RTA	848 510	—
Sedengil	241 311	—
Seurb	13 843 651	13 843 651
STL	426 718	—
Suma	5 199 629	4 813 397
Timoz	—	31 374
Tracevia	1 762 802	1 279 004
Translei	9 451 464	10 768 554
Vibeiras	2 510 028	—
	<u>496 122 851</u>	<u>558 993 525</u>

O aumento das garantias prestadas pela participada Mota-Engil Engenharia está relacionado com as participadas da área de concessões de auto-estradas.

Na referida data, o Grupo tem constituída caução sobre as acções detidas e prestações acessórias efectuadas às empresas participadas Lusoscut CP, Lusoscut BLA, Lusoponte e AENOR, para garantir, a favor das entidades financeiras, os empréstimos contraídos por aquelas participadas, mecanismo que se insere no enquadramento jurídico e financeiro típico de uma estrutura de *project finance*.

Garantias reais:

Em 31 de Dezembro de 2003 as garantias reais prestadas pelo Grupo são como segue:

	Garantia	Montante
Translei	Hipototeca e penhor	7 917 229
Martifer	Penhor mercantil	4 330 940
Maprel	Hipototeca	3 300 000
Martifer Alumínios	Penhor mercantil	436 448
		<u>15 984 617</u>

Os penhores mercantis incidem sobre equipamentos e foram concedidos como garantia de empréstimos bancários obtidos.

18 — Vendas e prestações de serviços:

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 distribuem-se da seguinte forma:

	2003	2002
Mercado interno:		
Vendas de mercadorias	6 011 470	8 706 379
Vendas de produtos	127 838 439	362 053 494

	2003	2002
Prestações de serviços:		
Obras públicas	386 316 615	147 627 457
Construção civil	145 294 407	38 374 292
Concessões	13 495 235	25 710 901
Outras	93 273 376	77 418 075
	<u>772 229 542</u>	<u>659 890 598</u>
Mercado externo:		
Vendas de mercadorias	5 671 450	3 041 836
Vendas de produtos	12 379 499	20 062 510
Prestações de serviços:		
Obras públicas	129 133 810	97 060 315
Construção civil	84 791 440	49 167 193
Outras	1 114 024	46 873 901
	<u>233 090 223</u>	<u>216 205 755</u>
	<u>1 005 319 765</u>	<u>876 096 353</u>

No exercício de 2003 procedeu-se à uniformização, entre as associadas, do critério de contabilização das vendas de produtos e prestação de serviços, pelo que os valores das respectivas contas não são directamente comparáveis.

19 — Trabalhos para a própria empresa:

Os trabalhos para a própria empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte repartição:

	2003	2002
Cerâmica do Boialvo	1 079 756	305 989
Ferrovias	292 008	110 037
Geogranitos	21 511	107 814
KPRO	69 040	219 048
Icer	1 350	—
Maprel Nelas	3 171	33 727
Marfil	—	22 092
MEIT	211 967	—
Mota-Engil Engenharia	9 424 722	14 033 064
Paviterra	—	53 976
Trace via	894	221
	<u>11 104 419</u>	<u>14 885 970</u>

Dos trabalhos para a própria empresa da participada Mota-Engil Engenharia, aproximadamente 6 500 000 euros correspondem a obras de construção de edifícios próprios na sua sucursal de Angola.

20 — Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	4 263 716	159 721 213	163 984 929
Compras	35 181 735	66 520 379	101 702 114
Existências finais	<u>(34 896 411)</u>	<u>(29 221 586)</u>	<u>(64 117 997)</u>
	<u>4 549 040</u>	<u>197 020 006</u>	<u>201 569 046</u>

21 — Fornecimentos e serviços externos:

Incluído nesta rubrica encontra-se o montante de 383 825 982 euros relativo a subcontratos.

22 — Custos com pessoal:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2003	2002
Remunerações	147 092 904	138 530 910
Encargos sociais:		
Pensões	685 331	671 920
Outros	39 978 005	38 003 911
	<u>187 756 240</u>	<u>177 206 741</u>

Número médio de pessoal:

Durante o exercício de 2003, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo pode ser analisado como segue:

	2003	2002
Administradores	95	65
Empregados	4 460	6 107
Assalariados	7 609	5 290
	<u>12 164</u>	<u>11 462</u>
Empresas nacionais	7 641	6 504
Empresas estrangeiras	2 164	3 257
Sucursais	2 359	1 701
	<u>12 164</u>	<u>11 462</u>

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa-mãe no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 ascenderam a 32 557 euros (referentes ao órgão de fiscalização).

23 — Provisões:

As dotações de provisões dos exercícios de 2003 e 2002 são analisadas como segue:

	2003	2002
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa:		
Clientes, conta corrente — médio e longo prazos	—	43 055
Outros devedores — médio e longo prazos	—	185 243
Clientes, conta corrente — curto prazo	382 184	—
Clientes de cobrança duvidosa	1 681 050	1 922 215
Outros devedores — curto prazo	534	—
Provisões para depreciação de existências	162 950	52 831
Provisões para outros riscos e encargos	356 489	180 172
	<u>2 583 207</u>	<u>2 383 516</u>

24 — Resultados financeiros:

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
Proveitos e ganhas financeiros:		
Juros obtidos	4 377 377	6 428 800
Rendimentos de imóveis	527 643	845 938
Rendimentos de participações de capital	214 407	162 970
Ganhos em empresas do grupo e associadas	2 485 019	2 166 257
Ganhos na alienação de investimentos financeiros	800 000	3 271 342
Diferenças de câmbio favoráveis	9 960 485	3 208 918
Descontos de pronto pagamentos obtidos	1 700	815 187
Outros proveitos e ganhas financeiros	2 748 118	1 109 695
	<u>21 114 749</u>	<u>18 009 107</u>
Custos e perdas financeiras:		
Juros suportados	28 731 359	34 820 978
Amortizações de investimentos em imóveis (nota n.º 4)	275 812	278 024
Perdas em empresas do grupo e associadas	1 104 448	2 298 027
Provisões para aplicações financeiras	4 589 152	3 607 701
Diferenças de câmbio desfavoráveis	19 035 388	8 962 681
Descontos de pronto pagamento concedidos	432 378	154 265
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	405	54 422
Amortizações das diferenças de consolidação	2 009 664	1 689 678
Outros custos e perdas financeiras	11 215 534	4 127 821
	<u>67 394 140</u>	<u>56 623 597</u>
Resultados financeiros	<u>(46 279 391)</u>	<u>(38 614 490)</u>

Ganhos em empresas do grupo e associadas:

Os ganhos em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

	2003	2002
Ambital	12 598	17 130
Auto Sueco Angola	158 930	210 127
Asinter	58 046	76 444
Caves da Cerca	61 996	89 964
Cimertex Angola	—	739
Cirnertex & Companhia	2 480	3 438
Citrup	—	41 372
Cogera	73 920	6 788
Covelas	720 073	—
CPTP	—	254 259
EMSA	—	6 837
Icil-Icafal	34 092	70 801
Indáqua Fafe	12 645	33 627
Lusoponte	700 334	496 274
Metroepszolg	8 248	192 203
M-Invest	239 781	454 966
Moravian	43 664	21 473
PBM	80 775	34 558
Neklanova	195 242	—
Soprocil	—	19 719
Sol-S	18 102	—
Sunviauto	64 093	135 568
	<u>2 485 019</u>	<u>2 166 257</u>

Perdas em empresas do grupo e associadas:

As perdas em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

	2003	2002
Cimertex Angola	31 395	—
Covslas	—	298 258
Dirac	1 020	900
Fabritubo	—	220 194
Indáqua	260 377	237 637
Indáqua Feira	39 704	35 283
Indáqua St Tirso	6 236	43 267
EMSA	7 153	—
Rima	9 984	—
Neklanova	—	4 667
Netmaster	9 002	132 065
SGA	366 663	251 567
Sois e Solsuni	—	1 564 515
Sonauta	310 355	139 674
Soprocil	56 508	—
Venimove	6 051	—

Outros custos e perdas financeiros:

O saldo desta rubrica inclui basicamente despesas com garantias bancárias.

25 — Resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
Proveitos e ganhos extraordinários:		
Restituição de impostos	5 868	10 440
Ganhos em imobilizações e existências	3 353 157	4 170 021
Benefícios de penalidades contratuais	22 716	105 484
Reduções de amortizações e provisões	8 208 010	1 343 489
Correcções relativas a exercícios anteriores	2 213 938	1 737 166
Subsídios ao investimento	181 197	—
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 601 531	4 655 652
	<u>16 586 417</u>	<u>12 022 252</u>

	2003	2002
Custos e perdas extraordinárias:		
Donativos	332 118	354 556
Dívidas incobráveis	1 012 830	1 055 255
Perdas em imobilizações e existências	3 170 115	1 364 620
Multas e penalidades	242 175	182 276
Aumento das amortizações e provisões	3 384 208	1 467 538
Correcções relativas a exercícios anteriores	2 571 803	1 492 472
Outros custos e perdas extraordinários	582 076	2 401 320
	<u>11 295 325</u>	<u>8 318 037</u>
Resultado extraordinário	5 291 092	3 704 215

A rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários, inclui, aproximadamente 1 000 000 de euros, relativo a excesso de estimativa de imposto sobre o rendimento.

26 — Imposto sobre o rendimento do exercício:

A decomposição dos activos e passivos por impostos diferidos pode ser analisada da seguinte forma:

As diferenças temporárias a deduzir ao lucro tributável que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na demonstração dos resultados	Efeito em capital próprio
Provisões não aceites fiscalmente	21 515 392	(6 487 501)	(15 027 891)
Acréscimos de custos não aceites fiscalmente	4 216 112	(27 563)	(4 188 549)
Prejuízos fiscais	20 820 493	8 322 565	(29 143 058)
Redução de amortizações não considerada	78 226	(31 277)	(46 949)
Outros	36 931 278	(579 246)	(36 352 032)
	<u>83 561 501</u>	<u>1 196 978</u>	<u>(84 758 479)</u>

As diferenças temporárias a deduzir à colecta que originaram activos por impostos diferidos, são como segue:

	Total	Efeito na demonstração dos resultados	Efeito em capital próprio
Crédito de imposto por dupla tributação internacional	773 394	(155 935)	(617 459)

As diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos, são como segue:

	Total	Efeito na demonstração dos resultados	Efeito em capital próprio
Reavaliação de activos imobilizados	(8 619 844)	(712 255)	9 332 099
Resultados negativos em ACEs	(5 464 921)	33 952	5 430 969
Diferimento de tributação de mais-valias	(3 003 521)	(591 115)	3 594 636
Amortizações não aceites fiscalmente	(4 045 099)	(537 800)	4 582 899
Acréscimo de proveitos não tributados	(7 106 256)	(5 186 959)	12 293 215
Outros	(1 973 011)	(219 496)	2 192 507
	<u>(30 212 652)</u>	<u>(7 213 673)</u>	<u>37 426 325</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, os activos e passivos por impostos diferidos ascendiam a 23 918 969 euros e 8 639 655 euros, respectivamente, sendo o efeito na demonstração dos resultados negativo de 766 362 euros.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente, pode ser analisada como segue:

Imposto corrente	11 572 039
Reversão líquida do reporte de prejuízos	2 267 537
Impostos diferidos relativos à constituição da reserva de reavaliação de imobilizações	(363 458)
Impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	(3 532 838)
Efeito da alteração da taxa da imposto	862 397
Imposto diferido	(766 362)
Imposto do exercício	10 806 677
Taxa média efectiva (percentagem)	68

A Somota e as suas empresas participadas nacionais são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas — IRC, à taxa normal de 30%, acrescida de derrama à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 33%.

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos no que se refere aos exercícios de 2000 a 2003 (10 anos para a segurança social até 31 de Dezembro de 2001, cinco anos após essa data) e consequentemente essas declarações fiscais poderão ser sujeitas a revisão. O conselho de administração da empresa-mãe entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

27 — Interesses minoritários na demonstração de resultados:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Algosi	(4 305 505)	(4 145 806)
Cerâmica do Boialvo	(88 970)	(239 866)
CPTP	130 183	—
Emocil	(80 178)	229
Gerco	(443)	(81)
Maprel Nelas	3 468	(7 943)
Marfil	—	(111 363)
Martifer	2 114 828	1 572 031
MGP	(174 041)	(608 488)
Motadomus	333	6 399
Mota-Engil	10 224 812	12 883 402
MKC	197 030	839 239

	Construção	Ambiente e serviços	Imobiliário e turismo	Outros	Consolidado
Proveitos operacionais	981 491 089	58 577 706	5 615 572	5 249 056	1 050 933 423
Custo das vendas	197 623 377	3 108 505	837 164	—	201 569 046
Fornecimentos e serviços externos	515 599 136	14 350 141	1 814 829	3 278 969	535 443 075
Custos com pessoal	154 780 451	22 924 978	1 606 031	8 444 780	187 756 240
Outros custos operacionais	5 717 562	1 027 240	226 577	807 580	7 778 959
Resultado operacional antes de amortizações provisões (EBITDA)	107 370 563	17 166 842	1 130 971	(7 282 273)	118 386 103
Amortizações	50 217 666	7 266 164	542 012	888 393	58 934 235
Provisões	2 317 774	86 825	3 762	174 846	2 583 207
Resultado operacional (EBIT)	54 835 123	9 793 853	585 197	(8 345 512)	56 868 662
Resultado financeiro	—	—	—	—	(46 279 391)
Resultado extraordinário	—	—	—	—	5 291 092
Imposto sobre lucros	—	—	—	—	10 805 677
Resultado líquido antes de interesses minoritários	—	—	—	—	5 074 685
Interesses minoritários	—	—	—	—	5 543 830
Resultado líquido	—	—	—	—	(469 144)

Os activos segmentais incluem os activos identificáveis como pertencentes aos respectivos segmentos e consistem principalmente em imobilizado incorpóreo, corpóreo e existências e são analisados como segue:

	Construção	Ambiente e serviços	Imobiliário e turismo	Outros	Consolidado
Activo líquido:					
Imobilizado incorpóreo:					
Despesas de instalação	86 726	103 758	2 929	335 774	529 187
Despesas de investigação e desenvolvimento	110 092	171 355	—	1 252 620	1 534 067
Propriedade industrial e outros direitos	287 223	157 011	—	—	444 234
Trespases	8 729	—	—	—	8 729
Imobilizações em curso	281 672	87 316	140	—	369 128
Diferenças de consolidação	15 837 586	14 478 514	61 886	42 112 634	72 490 620
	16 612 028	14 997 954	64 955	43 701 028	75 375 965

	2003	2002
Pinhel	—	130 894
Prefal	59 914	—
RTA	—	(53 610)
Sefimota	37 598	13 200
Serurb	321 654	317 649
Surtia	1 261 475	544 137
Trace via	6 127	31 492
Vallis	(4 305 485)	(4 144 745)
Vibeiras	141 030	115 737
	5 543 830	7 142 507

28 — Relato por segmentos:

O Grupo está organizado em quatro áreas de negócio principais — construção, concessões, ambiente e imobiliária —, as quais são coordenadas e apoiadas pela Mota-Engil — SGPS e pela MESP. O segmento da construção inclui as actividades de construção, obras públicas e estruturas metálicas nos mercados nacional e externo. O segmento do ambiente e serviços engloba as empresas de recolha e tratamento de resíduos urbanos. O segmento do imobiliário e turismo agrega as empresas de promoção imobiliária e empresas do sector do turismo. A área de concessões inclui empresas que se encontram em fase de arranque e que não estão a ser consolidadas com excepção da Lusoponte e da MECT. Por este motivo não se justifica o relato do segmento das concessões. Os valores relativos à Lusoponte, MECT, Mota-Engil — SGPS e MESP estão incluídos na coluna outros.

Os proveitos e custos segmentais são atribuíveis directamente aos segmentos ou imputados numa base razoável quando se tratam de proveitos ou custos conjuntos. O resultado operacional por segmentos de negócio pode ser analisado como segue:

	Construção	Ambiente e serviços	Imobiliário e turismo	Outros	Consolidado
Imobilizado corpóreo:					
Terrenos e recursos naturais	31 692 076	2 928 686	4 036 715	149 661	38 807 138
Edifícios e outras construções	65 899 795	2 152 963	11 910 096	206 341	80 169 195
Equipamento básico	96 292 116	4 991 794	662 873	523 319	102 470 102
Equipamento de transporte	28 091 738	9 028 206	34 467	425 466	37 579 877
Ferramentas e utensílios	1 621 551	380 229	1 504	8 525	2 011 809
Equipamento administrativo	6 346 353	687 310	55 872	608 192	7 697 727
Tarais e vasilhame	—	781 973	4	—	781 977
Outras imobilizações corpóreas	1 397 789	107 425	—	—	1 505 214
Imobilizações em curso	25 148 763	256 849	40 062	8 714 269	34 159 943
Adiant. por conta de imobiliz. corpóreas	3 826 452	—	93 630	—	3 920 082
	<u>260 316 633</u>	<u>21 315 435</u>	<u>16 835 223</u>	<u>10 635 773</u>	<u>309 103 064</u>
Existências:					
Matérias-primas, subsid. e de consumo	28 761 099	73 420	193 067	—	29 027 586
Produtos e trabalhos em curso	906 462	—	13 982 822	—	14 889 284
Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	—	—	—	—	—
Produtos acabados	13 772 547	1 861	5 505 258	—	19 279 666
Mercadorias	25 902 909	—	8 898 198	—	34 801 107
Adiantamentos por conta de compras	2 464 774	—	1 376 368	—	3 841 142
	<u>71 807 791</u>	<u>75 281</u>	<u>29 955 713</u>	<u>—</u>	<u>101 838 785</u>

29 — Anexo à demonstração dos fluxos de caixa:

Caixa e seus equivalentes podem ser analisado como segue:

	2003	2002
Depósitos bancários e caixa:		
Depósitos bancários	28 271 299	22 564 257
Caixa	1 777 341	1 378 320
Títulos negociáveis	<u>7 174 541</u>	<u>3 403 650</u>
	<u>37 223 181</u>	<u>27 346 227</u>

A rubrica de pagamento de investimentos financeiros pode ser analisada como segue:

	2003
Aenor	8 301 696
Lusoscut CP	5 393 743
Lusoscut GP	2 426 216
Lusoscut BLA	6 187 605
Martifer Polska	11 610
METI	50 000
Mota-Engil	205 446
Jardimaia	175 000
Passeio da Marginal	50 000
Sunviauto	<u>348 640</u>
	<u>23 149 956</u>

A rubrica de recebimento de investimentos financeiros corresponde ao montante recebido pela venda do negócio das associadas da área da energia.

O Conselho de Administração: *António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota*, presidente — *José Luís Sapateiro*, vice-presidente — *Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota*, vogal — *Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Gracindo Augusto Noro*.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de Somota — SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia

um total de 1 313 111 725 euros e um total de capital próprio de 18 671 205 euros, incluindo um resultado consolidado líquido negativo de 469 144 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — Excepto quanto à limitação descrita no ponto 6, abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Reserva*. — No relatório consolidado de gestão, a empresa informa que, através das suas participadas indirectas, efectua importantes operações e mantém activos significativos em países africanos, especialmente em Angola. Os referidos activos estão adequadamente divulgados no anexo: imobilizações corpóreas (nota n.º 3), investi-

mentos financeiros (nota n.º 48 e nota n.º 4 do anexo), activos circulantes da sucursal de Angola [nota n.º 1, alínea c) xv)] e, ainda contas a receber a médio e a longo prazos, no valor de cerca de 46 400 000 euros (nota n.º 5), em 31 de Dezembro de 2003. Não obstante a evolução das operações e das remessas de fundos terem sido favoráveis em 2003, comparativamente a anos precedentes, e embora estes valores estejam confirmados, a circunstância de existir risco-país em Angola, não nos permite determinar, com rigor, a data e valor de realização desses activos.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no ponto 6 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Somota — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

8 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 — A empresa apurou no exercício de 2003 resultados consolidados extraordinários, no montante de 5 291 092 euros, tendo esses resultados atingido 3 704 215 euros, no exercício de 2002, conforme nota n.º 45 e nota n.º 25 do anexo;

8.2 — A empresa subsidiária Maprel — Empresa de Pavimentos e Materiais Pré-Esforçados, L.ª, além das reavaliações do imobilizado apoiadas em legislação específica (nota n.º 41 e nota explicativa n.º 3 do anexo), efectuou, em 1993, uma reavaliação extraordinária de terrenos, no montante de 3 521 324 euros;

8.3 — A empresa subsidiária Sunviauto — Indústria de Componentes de Automóveis, S. A., também efectuou em 1994 uma reavaliação extraordinária de imóveis de que resultou uma reserva de reavaliação de 2 539 639 euros, para além das reavaliações realizadas ao abrigo de legislação aplicável (nota n.º 41 e nota n.º 3 do anexo).

Porto, 30 de Abril de 2004. — António Magalhães & Carlos Santos — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Dando cumprimento ao disposto na lei e no contrato de sociedade e no âmbito das competências que nos foram conferidas, vimos apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas, preparados pelo conselho de administração da Somota — SGPS, S. A., respeitantes ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2003.

Numa breve alusão ao que ocorreu de mais significativo no conjunto de empresas durante o último exercício, pretendemos salientar a conclusão do complexo processo de reorganização do Grupo Mota-Engil, em que a empresa se insere, em quatro áreas de actividade independentes, e o assinalável desempenho em fase de baixa conjuntura económica.

No exercício das nossas funções, foram efectuadas na empresa-mãe as verificações, que entendemos adequadas e procedemos, com regularidade, aos exames sobre os registos contabilísticos, tendo efectuado, por selecção aleatória, testes de conformidade desses registos com os documentos que lhes deram origem.

Durante o ano tomamos, conhecimento da evolução da gestão da empresa-mãe, quer através da análise de peças contabilísticas que, numa base sistemática, nos foram sendo disponibilizadas, quer reunindo com o conselho de administração e com os responsáveis dos serviços, contactos que facilitaram a nossa missão.

Analisamos as certificações legais das contas e relatórios de fiscalização, quando existentes, elaborados por outros revisores oficiais de contas sobre as demonstrações financeiras das empresas do Grupo.

Examinámos o relatório consolidado de gestão que, além de mencionar os temas impostos por lei, foca, com objectividade, a situação do Grupo de empresas nos seus diversos aspectos.

As demonstrações financeiras consolidadas, constituídas pelo balanço consolidado, demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e correspondentes anexos, foram objecto da nossa análise.

Elaborámos, como nos competia, a certificação legal das contas consolidadas, a qual consideramos parte integrante deste documento.

Como corolário do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2003;

2.º Que seja reconhecido ao conselho de administração a sua competência na gestão da empresa.

Amarante, 3 de Maio de 2004. — O Fiscal Único, António Magalhães & Carlos Santos — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, revisor oficial de contas.

Extracto resumido da acta da assembleia geral

Em síntese, algumas das deliberações tomadas, por unanimidade, da assembleia geral anual da Somota — SGPS, S. A., realizada em 31 de Maio de 2004, foram as seguintes:

1 — Aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003;

2 — Aprovar a proposta de aplicação de resultados, constante do relatório e contas do exercício, que se transcreve:

Os resultados líquidos do exercício de 2003, negativos, no montante de 469 144,08 euros, propõe o conselho de administração que sejam transferidos para a conta de resultados transitados;

3 — Aprovar o relatório de gestão e as contas consolidadas do Grupo do exercício de 2003.

Amarante, 31 de Maio de 2004. — O Secretário da Sociedade, Luis Gonzaga Braga de Madureira. 2008309053

VALENÇA CÂMBIOS — AGÊNCIA DE CÂMBIOS, S. A.

Relatório n.º 1-X/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção). Matrícula n.º 15 610; identificação de pessoa colectiva n.º 504161326; número e data da apresentação: 17 078/23 de Novembro de 2005.

Ana Maria Paiva Ribeiro, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (3.ª Secção):

Certifica, que em 30 de Março de 2005, reuniu a assembleia geral de sociedade com a firma em epígrafe tendo sido e discutido e aprovados por unanimidade os documentos relativos à prestação de contas do exercício de 2004, bem como a proposta integral.

Está conforme o original.

Lisboa, 23 de Novembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, Ana Maria Paiva Ribeiro.

Relatório e contas de 2004

Relatório de gestão

Srs. Accionistas:

De acordo com o estipulado no pacto social e nos termos das disposições aplicáveis pelo Código das Sociedades Comerciais, submetemos à apreciação de VV. Ex.ªs o relatório de gestão, o balanço e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Durante o exercício de 2004, a estrutura accionista da sociedade foi alterada.

De facto, no ano anterior já se ponderava uma alteração, em virtude da actividade estar estagnada. A solução encontrada passou por encontrar novos accionistas disponíveis para investir e colocar de novo a Valença Câmbios, S. A., em actividade. Está também a ser tratada a mudança de sede para Lisboa, uma vez que é aí que vai ser aberta uma nova agência. Assim, espera-se um cenário diferente durante o decorrer do próximo ano, uma vez que só durante 2005 é que a nova agência cambial será aberta ao público.

O resultado do exercício foi um prejuízo de 67 340,37 euros, que se propõe ser transferido para a rubrica de resultados transitados.

A todos os que conosco colaboraram, o nosso agradecimento.

Valença, 14 de Março de 2005. — A Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Anexo ao relatório de gestão

De acordo com o estipulado no artigo 447.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, vimos deste modo informar que:

- 1 — A accionista Alida Sabjali Vissangee Kara Vissram, faz parte do conselho de administração, como presidente;
2 — A accionista Sheleen Savjali Vassangi Hemrage, faz parte do conselho de administração, como vice-presidente.

E, de acordo com o artigo 448.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, informamos também que as accionistas Alida Sabjali Vissangee Kara Vissram e Sheleen Savjali Vassangi Hemrage detêm ambas mais de 10% no capital social, tendo, cada uma delas, 49,93% do mesmo.

Valença, 14 de Março de 2005. — A Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Balanco em 31 de Dezembro de 2004

Código das contas		2004			2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10+11+130	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	—	—	—	45 960,88
12+13-130	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	—	—	—	6 769,82
20/1+280/1+2880/1+2890/1-29000/1-	3 — Outros créditos sobre instit. de crédito	—	—	—	—
29010/1-2951+16+22/3+282/3/7+2882/3+2887+2892/3+2897-29002-29003-29012-29013-29017-2952	4 — Créditos sobre clientes	—	—	—	—
240/1+245+255+2480+250/1+2580+26+2840+2884+2894-290140-2920-2921-2925-2953	5 — Obrigações e outros títulos de rend. fixo:				
	a) Obrigações e outros títulos de rend. fixo — de emissores públicos	—	—	—	—
	b) Obrigações e outros títulos de rend. fixo — de outros emissores	—	—	—	—
243/4/5+255+2481-24810+2490-2491-253/4+2581-25810+2481-290141-291-2923-2924-2925-2953	6 — Acções e outros títulos de rend. variável	—	—	—	—
400-190	7 — Participações	—	—	—	—
401-491	8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
41+460+4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	—	—	—	1 982,65
42+461/2/3+468+4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	3 061,44	25,51	3 035,93	23 757,32
27003	11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
24810+25810	12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
14/5+19+27-27003-29007-2959-299+402+409-499	13 — Outros activos	—	—	—	644,74
51+55/6+58+59 (D)	15 — Contas de regularização	—	—	—	—
69 (D)	16 — Prejuízo do exercício	67 340,37	—	67 340,37	47 820,34
	<i>Total do activo</i>	<u>70 401,81</u>	<u>25,51</u>	<u>70 376,30</u>	<u>126 935,75</u>

PASSIVO

Código das contas		2004	2003
30+31+35	1 — Débitos para com instituições de crédito:		
	a) À vista	—	—
	b) A prazo ou com pré-aviso	—	—
32+33+35	2 — Débitos para com clientes:		
3213+3223	a) Depósitos de poupança	—	—
32-3213-3223+33+35	b) Outros débitos	—	—
3200+3210+3220	ba) À vista	—	—
	bb) A prazo	—	—

Código das contas		2004	2003
34	3 — Débitos representados por títulos:		
36+39	4 — Outros passivos	4 251,44	12 990,55
52+54+56+58+59 (C)	5 — Contas de regularização	—	—
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos:		
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
610+611+613	b) Outras provisões	—	—
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
60	8 — Passivos subordinados	—	—
62	9 — Capital subscrito	150 000,00	150 000,00
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+635+639	11 — Reservas	1 795,60	1 795,60
633	12 — Reservas de reavaliação	—	—
66	13 — Resultados transitados	— 85 670,74	— 37 850,40
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício	—	—
	<i>Total do passivo</i>	<i>70 376,30</i>	<i>126 935,75</i>

A Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

DÉBITO

Código das contas		2004	2003
	A) Custos		
70	1 — Juros e custos equiparados	—	4 742,00
71	2 — Comissões	—	29,00
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	6 070,00
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	—	43 390,00
73	a) Custos com pessoal	—	27 664,00
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos)	—	—
732+733	(— encargos sociais)	—	—
	Dos quais:		
73290+73291+73292	(— com pensões)	—	—
74	b) Outros gastos administrativos	1 190,00	15 726,00
78	5 — Amortizações do exercício	25,51	—
77	6 — Outros custos de exploração	—	90,00
790/1/2+793+795+799	7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido	—	—
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente	—	—
671	11 — Perdas extraordinárias	66 124,86	1 822,00
68	13 — Impostos sobre lucros	—	—
76	14 — Outros impostos	—	30,00
69	15 — Lucro do exercício	—	—
	<i>Total</i>	<i>67 340,37</i>	<i>56 173,00</i>

CRÉDITO

Código das contas		2004	2003
	B) Proventos		
80	1 — Juros e proventos equiparados	—	102,00
	Dos quais:		
80240/1+80245+80250+80251+80255+80261	(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
81	2 — Rendimento de títulos	—	—
81–81400–81401	a) Rendim. de acções, de quotas e de outros títulos de rendim. variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—

Código das contas		2004	2003
82	3 — Comissões	—	451,00
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	3 953,00
840+841+842+ 843+845+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	—	—
	8 — Resultado da actividade corrente	—	49 815,00
672	9 — Ganhos extraordinários	—	3 847,00
69	11 — Prejuízo do exercício	67 340,37	47 820,00
<i>Total</i>		67 340,37	56 173,00

A Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados

Nota de abertura: as notas não mencionadas não são aplicáveis à realidade da sociedade Valença Câmbios — Agência de Câmbios, S. A., durante o exercício de 2004.

3 — Os critérios de avaliação aplicados às diversas rubricas das contas anuais, assim como os métodos de cálculo utilizados para as correcções de valor:

O imobilizado corpóreo está escriturado pelo custo de aquisição. As amortizações do imobilizado corpóreo foram efectuadas às taxas máximas legais, utilizando o critério de duodécimos.

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líq. em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aqui- sições	Reaval. (líq.)					
Imobilizações incorpóreas:									
Trespases	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	8 879,77	8 879,77	—	—	—	—	8 879,77	—	—
Custos plurianuais	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desen- volvimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	34,67	34,67	—	—	—	—	34,67	—	—
Outras	3 965,11	1 982,46	—	—	—	—	3 965,11	—	—
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Obras em imóveis arrendados	—	—	3 061,44	—	—	25,51	—	—	3 035,93
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	57 066,53	39 802,80	—	—	—	—	57 066,53	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	11 251,69	4 758,10	—	—	—	—	11 251,69	—	—
Imobilizações em curso:									
Imobilizações incorpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamento por conta de imobi- lizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Totais</i>	81 197,77	55 457,80	3 061,44	—	—	25,51	81 197,77	—	3 035,93

29 — O número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o equivalente valor contabilístico das acções subscritas durante o exercício dentro dos limites do capital autorizado:

O capital social está representado por 30 000 acções nominativas de valor nominal de cinco euros cada.

31 — Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram as rubricas 13 do activo e 4 do passivo:

A rubrica 4 do passivo inclui dívidas a credores diversos por serviços prestados:

Tejani — Instalações Eléctricas, L.^{da} — 3061,44 euros;

J. Bastos, C. Sousa Góis & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas — 1190 euros.

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço, ventilado por grandes categorias profissionais:

Devido ao facto da sociedade ter estado sem actividade durante o ano de 2005, não existiram trabalhadores ao seu serviço.

35 — Relativamente aos membros dos órgãos de administração, de direcção e de fiscalização: o montante das remunerações atribuídas com referência ao exercício; o montante dos compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma; os montantes dos adiantamentos e créditos a título de uma garantia de qualquer espécie:

Durante o exercício de 2004, não foram atribuídas quaisquer remunerações a membros de administração, direcção ou fiscalização.

Do mesmo modo, não existem compromissos com pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados nem adiantamentos ou créditos a título de garantias.

39 — Os principais componentes das seguintes rubricas:

A) Custos:

11 — Perdas extraordinárias:

Inclui:

67.1.1 — Perdas em valores imobilizados — 25 739,97 euros;

67.1.9 — Outras perdas extraordinárias — 40 384,89 euros.

Estes valores são devido ao facto dos novos accionistas terem adquirido a sociedade sem qualquer activo nem passivo mas, o balancete reflectir valores diversos nas suas contas.

Valença, 14 de Março de 2005. — A Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras de Valença Câmbios — Agência de Câmbios, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro 2004, (que evidencia um total de 70 376 euros e um total de capital próprio negativo de — 1215 euros, incluindo um resultado líquido negativo de — 67 340 euros) a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Valença Câmbios — Agência de Câmbios, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

7 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior salientamos a situação patrimonial negativa da empresa pelo que a sua continuidade está dependente do suporte financeiro dos accionistas e de medidas de saneamento financeiro que permitam repor a situação patrimonial positiva e em conformidade com o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 22 de Março de 2005. — J. Bastos, C. Sousa Góis & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jaime Macedo dos Santos Bastos.*

Relatório e parecer do fiscal único

1 — De acordo com a lei e os estatutos, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas, relatório de gestão e proposta apresentados pela administração da Valença Câmbios — Agência de Câmbios, S. A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2 — A empresa durante o exercício esteve inactiva. No âmbito das competências legalmente estabelecidas procedemos à realização dos actos de verificação que considerámos convenientes para o desempenho das nossas funções.

3 — No final do exercício analisámos o relatório de gestão, apresentado pela administração tendo concluído que está elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

4 — Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 22 de Março de 2005, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido e nestas condições, somos de parecer que a assembleia geral aprove o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo, do exercício de 2004 e ainda a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela administração.

Lisboa, 22 de Março de 2005. — O Fiscal Único, J. Bastos, C. Sousa Góis & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jaime Macedo dos Santos Bastos.*

Acta n.º 15 da assembleia geral

No dia 30 de Março do ano de 2005, reuniu na sua sede social, sita na Avenida Miguel Dantas, freguesia e concelho de Valença, em assembleia geral, os accionistas da sociedade comercial por acções, com a firma Valença Câmbios — Agência de Câmbios, S. A., pessoa colectiva n.º 504161326, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Valença, sob o n.º 633, com o capital social integralmente realizado de 150 000 euros, estando presentes a accionista Shelleen Savjali Vassangi Hemrage, com uma participação de 74 900 euros, que também representa a accionista Sofia Vassangi Hemrage, com uma participação de 100 euros e, a accionista Alida Sabjali Vissangee Kara Vissram com uma participação de 74 000 euros, que age por si e em representação dos accionistas Samir Hussien Kara Vissram e Noor Minazali Kara Vissram, ambos com uma participação de 50 euros cada, perfazendo assim o total do capital social.

Presidiu à assembleia geral a accionista Alida Sabjali Vissangee Kara Vissram, secretariada pela accionista Shelleen Savjali Vassangi Hemrage. A assembleia foi convocada com o fim único de analisar e aprovar as contas relativas ao exercício, nomeadamente balanço e resultados.

Aberta a sessão, verificou-se que a sociedade apresenta um resultado negativo das operações de 67 340,37 euros, propondo-se a sua transcrição para a rubrica resultados transitados.

Foram aprovados por unanimidade o balanço, a distribuição dos resultados anteriormente referida, bem como as restantes contas relativas ao exercício.

Por nada mais haver a tratar, se encerrou a presente sessão da qual se lavrou esta acta, que após lida em voz alta foi assinada por todos os sócios presentes.

(*Sem assinaturas.*)

2006534947

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
